

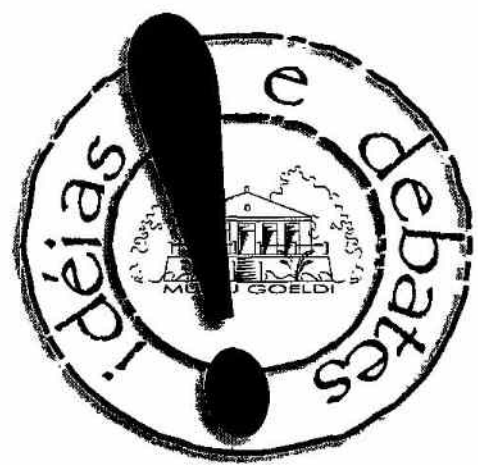
## Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação

**7** Terra do Meio: Poder, Violência e  
Desenvolvimento  
Felício Pontes Júnior, Edna Castro,  
Roberto Araújo, Mário A. Menezes

Museu Paraense Emílio Goeldi

Museu Paraense Emílio Goeldi

Coordenação de Pesquisa  
e Pós-graduação



**7** Terra do Meio: Poder, Violência e  
Desenvolvimento  
Felício Pontes Júnior, Edna Castro,  
Roberto Araújo, Mário A. Menezes



**Presidente da República**  
*Luiz Inácio Lula da Silva*

**Ministro da Ciência e Tecnologia**  
*Eduardo Henrique Accioly Campos*

**Museu Paraense Emílio Goeldi**

Diretor *Peter Mann de Toledo*  
Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação *Ima Célia Guimarães Vieira*  
Coordenador de Comunicação e Extensão *Lucia Hussak van Velthem*

**Comissão de Editoração Científica**

Presidente *Lourdes Gonçalves Furtado*  
Editora Chefe *Iraneide Silva*  
Editora Assistente *Angela Pizzani*  
Designer *Andréa Pinheiro*

**Idéias e Debates**

Número 7, março de 2004

Edição e Revisão *Ima Célia Guimarães Vieira*  
Transcrição do texto *Maria Luíza Simões dos Santos*  
Produção Editorial *Iraneide Silva*  
Capa e Projeto Gráfico *Andréa Pinheiro*  
Editoração Eletrônica *Auxiliadora Lima*  
Ficha Catalográfica *Astrogilda Ribetro*

Terra do Meio : Poder, Violência e Desenvolvimento / Felício Pontes Junior ; Edna Castro ; Roberto Araújo ; Mário A. Menezes – Belém : Museu Paraense Emílio Goeldi. Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação, 2004.  
35 p. – (Idéias e debates ; 7)

1. Uso da Terra – Abuso e Violência – Terra do Meio – Pará – Região Central. 2. Grilagem - Poder. 3. Floresta Tropical – Dinâmica dos atores e exploração. I. Pontes Junior, Felício II. Castro, Edna III. Araújo, Roberto. IV. Menezes, Mário A. V. Série

CDD 500

## Idéias e Debates

O perfil de Domingos Soares Ferreira Penna (1818-1888), fundador do Museu Goeldi, é o de um explorador, escrupuloso e de rara probidade científica, realizador de inúmeras viagens de pesquisa pela Amazônia para recolher dados sobre a geografia, etnologia, arqueologia e história natural da região. Um homem preocupado com os problemas da região estudada, como o foi também um outro grande administrador do Museu Goeldi, o zoólogo Emílio Goeldi (1859-1917), cientista a quem esta casa deve sua sobrevivência por muitos e turbulentos anos. Ambos iniciaram o conhecimento científico endógeno da Amazônia, e são exemplos de amor à pesquisa e à exploração, que os levaram a mergulhar no desconhecido amazônico.

Esse ideal de busca contínua permanece vivo depois de 136 anos de existência do Museu Goeldi, como se vê no lançamento da série Idéias e Debates. Essa nova publicação pretende registrar, ordenar e tornar acessíveis para o público em geral as palestras promovidas pelo Museu Goeldi, proferidas por profissionais respeitados sobre os temas desenvolvimento sustentável, biodiversidade, sociodiversidade, saúde e meio ambiente e, *last but not least*, ética na pesquisa. Nesse sentido, o objetivo do Museu Goeldi é democratizar o saber produzido intra e extramuros, mostrando ser uma instituição comprometida com a socialização e divulgação do conhecimento.

**Ima Célia Guimarães Vieira**  
 Coordenadora de Pesquisa e Pós-Graduação  
 Museu Paraense Emílio Goeldi

## Apresentação

A Mesa Redonda “Terra do Meio: Poder, Violência e Desenvolvimento” realizado no dia 28 de abril de 2003 ocorre em um momento muito importante para o Estado do Pará, onde a questão da violência e conservação na região denominada “Terra do Meio” tem constantemente aparecido na mídia nacional e internacional.

A Terra do Meio é uma das últimas áreas de floresta amazônica relativamente intacta no Estado do Pará, estendendo-se por cerca de oito milhões de hectares entre os rios Xingu e Tapajós, no Pará; faz fronteira com as terras indígenas – Arara, Kararaô e Cachoeira, Serra do Iriri ao norte, com a estrada Cuiabá/Santarém a oeste, com o Xingu a leste, com as terras indígenas Kaiapó ao sul.

Esta região permaneceu intacta até poucos anos atrás, porém o desmatamento se aproximou das fronteiras através da construção de várias estradas ao norte, a leste e a oeste desta região, e ultimamente os jornais têm noticiado uma série de problemas associados a esta nova área de fronteira agrícola.

Recentemente, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) projetou uma estimativa de área desmatada de 25.476 km<sup>2</sup> para a Amazônia Legal, no para o biênio 2001-2002, um acréscimo de cerca de 40% em relação ao biênio anterior. Desta área, três Estados, Pará, Rondônia e Mato Grosso, foram responsáveis por cerca de 70% do desmatamento e dentro do Pará, houve uma grande pressão na região da terra do meio devido à expansão de agricultura, pecuária e extração de madeira, resultando em profundos conflitos sociais pelo uso inadequado da ocupação da terra.

A maior contribuição que este debate sobre a Terra do Meio mostrou, é que a situação precária da região é resultado da falta de presença do Estado na área. Esta presença poderia ser efetivada pela implementação do Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado, que contribuiria profundamente para diminuir os problemas fundiários, sociais e ecológicos na região. Existem diversas iniciativas governamentais e da sociedade civil para um zoneamento da região da terra do meio. Contudo, o estado do Pará precisa ter uma forte e articulada iniciativa para implementá-las, sem a qual esta região terá o mesmo destino de outras regiões do Estado, ou seja, o desmatamento total.

*Leandro V. Ferreira*

Pesquisador

Coordenação de Ciências da Terra e Ecologia

Museu Paraense Emílio Goeldi

## Terra do Meio: Poder, Violência e Desenvolvimento

**Ima Vieira** – O tema de hoje é muito interessante, muito polêmico e tem-nos levado à reflexões depois de tomarmos conhecimento de vários relatos em jornais e televisão sobre a questão da violência, do abuso de poder, dos problemas ambientais, problemas de extração de madeira, da ilegalidade e falsificação de documentos de terra na região da TERRA DO MEIO, no Pará. Por isso, a Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação do Museu Goeldi, juntamente com o embrião de uma Comissão de Estudos sobre Gestão Territorial e Conservação aqui do Museu Goeldi, que dará uma assessoria sólida à direção para questões de gestão e conservação, decidiram fazer este debate dentro de nosso ciclo de palestras com vários dos pesquisadores, promotores e gestores que têm atuado nesta região e compartilham as nossas preocupações com o desenvolvimento socioambiental da Amazônia.

A Terra do Meio é uma área de floresta amazônica relativamente intacta e se estende por cerca de oito milhões de hectares entre os rios Xingu e Tapajós. A região permaneceu intacta até poucos anos atrás, porém o desmatamento se aproximou das fronteiras através da construção de várias estradas ao norte, a leste e a oeste desta região, e ultimamente os jornais têm noticiado uma série de problemas associados a esta nova área de fronteira agrícola. Isto tudo nos fez pensar neste debate sobre o **Poder, Violência e Desenvolvimento na Terra do Meio no Estado do Pará.**

Convidamos para fazer parte da mesa os palestrantes Dr. Felício de Araújo Pontes Júnior, procurador da República no Estado do Pará, formado em Direito pela Universidade Federal do Pará com mestrado em Direito Constitucional e Teoria do Estado pela PUC no Rio de Janeiro.

Para falar sobre a dinâmica social nesta região, convidamos a Dra. Edna Maria Ramos de Castro, professora da Universidade Federal do Pará, formada em Ciências Sociais pela Universidade do Pará, com doutorado e pós-doutorado na França pela Escola de Altos Estudos Sociais, e coordenadora do Projeto MEGAM (Estudo dos Processos de Mudança do Estuário Amazônico pela Ação Antrópica e Gerencialmente Ambiental).

Para falar sobre desenvolvimento sustentável e segurança, convidamos o nosso colega Roberto Araújo de Oliveira Santos Júnior, que é pesquisador titular do Departamento de Ciências Humanas, é antropólogo com doutorado em Antropologia e Etnologia pela Universidade de Paris.

Convidamos o Dr. Mário Menezes, do Ministério do Meio Ambiente, a quem agradecemos a vinda de Brasília até aqui para nos falar sobre conservação biológica, numa área de expansão de fronteira. Ele é agrônomo, especialista em desenvolvimento econômico pela Universidade Nacional de Brasília, e atualmente é o Secretário Técnico do SPRN – Sub-programa de Políticas e Recursos Naturais do PPG7 (Programa Piloto para as Florestas Tropicais) do Ministério do Meio Ambiente.

Para falar sobre as perspectivas do Movimento Social, convidamos o Sr. Paulo Medeiros, que é assessor do Movimento Social e Sindical da Transamazônica, coordenador de projetos da Fundação Viver Produzir e Preservar, e assessor parlamentar do deputado estadual pelo Pará Airton Faleiro, do Partido dos Trabalhadores.

Cada um dos nossos palestrantes terá 20 minutos para apresentação, e no final teremos um debate com o plenário. Nessa fase, gostaria de passar a palavra para o primeiro palestrante que é o Dr. Felício de Araújo Pontes Júnior.

**Felício Pontes Júnior** - Boa tarde a todos. É um prazer estar presente em uma mesa com tantos acadêmicos para que possamos fazer exatamente uma das maiores necessidades que se tem no Brasil, que é exercitar este contraponto, esta sinergia entre o conhecimento daqueles que lidam diariamente com os casos concretos, como militantes do Direito, e aqueles que têm a possibilidade de sistematizar estes dados, de fazer com que se compreenda o aspecto macro nos conflitos amazônicos, como fazem os acadêmicos.

Com o que posso contribuir neste debate? O que poderia ser a contribuição do Ministério Público Federal neste debate? A resposta é singela. Venho trazer o dia a dia de uma instituição encarregada de defender a sociedade quando seus direitos são ultrajados. A sociedade neste caso é formada pela população amazônica.

Esses conflitos de interesses que chegam ao Ministério Público são basicamente oriundos de uma comunidade que solicita nossa intervenção quando se considera violada em seu direito. Essa é geralmente a intervenção que o Ministério Público vem fazendo nos conflitos fundiários da Amazônia.

E a Terra do Meio – que assim vem sendo chamada por obra da Academia porque conseguiu visualizar o macro, considerar que uma área entre os rios Xingu e Tapajós, é ter uma visão ampla da situação. Isto já mostra um caráter diferente do tratamento desta questão. Trata-se seu problema fundiário em aspecto amplo, não havendo condições também de ser resolvido em termos pontuais, mas sim na sua dimensão maior.

Nós do Ministério Público, fomos chamados a atuar na questão da Terra do Meio pela primeira vez quando, em 1997, já estabelecida a Procuradoria da República em Santarém, surge uma demanda uma demanda do órgão de terras do Pará, o ITERPA. Já havia processo formalizado na Comarca de Altamira envolvendo as terras que giram hoje em torno de 4 a 7 milhões de hectares da empresa chamada INCENXIL. Foi aí que tudo começou, e foi o caso em que se tem a grilagem de terras mais famosa da Amazônia. Ao mesmo tempo, parecia ser também a mais fácil de ser resolvida, porque aquela imensidão de terra alberga nada menos do que 7 títulos de propriedade de domínio da União, quer seja terra indígena, quer seja floresta nacional, terras do Incra etc. Tudo isso dentro de uma área que se dizia propriedade particular de uma empresa.

O que parecia ser de fácil resolução, conseguiu ser juridicamente o mais difícil. Não por questões de mérito, de fundo, mas por questões processuais que fizeram com que até hoje não tivéssemos uma decisão definitiva, embora bastasse ao juiz olhar o mapa da área para dizer que é impossível aquele título de propriedade ser válido. É impossível haver dois títulos de propriedade sobre uma mesma área. E aqui temos terras indígenas além de unidades de conservação. É claro que neste caso está caracterizada a grilagem de terras pela empresa. O primeiro embate foi levar a causa para a Justiça Federal, no que obtivemos êxito no ano passado. Aliás, o mesmo ano que se concluiu a investigação dos responsáveis criminalmente pela megagrilagem. Esperamos, num curto espaço de tempo, a decisão definitiva dizendo que aquele título de propriedade da empresa é nulo.

Outra atuação do Ministério Público em relação à Terra do Meio, se dá em dois pontos de conflitos ali: os municípios de Novo Progresso e Anapu. Ambos causados pela irresponsabilidade dos governos estadual e federal, respectivamente.

Começamos por Anapu. Em 1999/2000, o governo federal anunciou a implantação da Hidrelétrica de Belo Monte. Só o fato de ter havido esse anúncio, ainda que sem projeto básico definido, provocou uma migração tão forte sobre Anapu que, em 1999, o vice-prefeito da região chegava ao Ministério Público dizendo que tínhamos que fazer alguma coisa “porque Anapu recebia uma família por dia”. A consequência para o Município era extremamente grave. Não há possibilidade de implementação de políticas básicas de saúde e educação para atender a demanda que surgia.

E a irresponsabilidade do governo federal naquele momento foi tão grande que, ainda sem o projeto básico da hidrelétrica, eles continuavam anunciando, o que aumentou a chegada de migrantes, sobretudo do Maranhão e do Piauí, para o trabalho braçal na nova hidrelétrica. A pressão sobre a floresta está sendo muito forte. Madeireiros aproveitaram a mão de obra nova e barata para ampliar a exploração florestal atingindo, através de Anapu, a Terra do Meio.

Em nossa investigação sobre o projeto, conseguimos detectar vários problemas de implantação. O primeiro foi que havia sido contratada para fazer os estudos de impacto ambiental uma entidade de personalidade jurídica de direito privado: a Fundação de Amparo à Pesquisa (FADESP), ligada, porém não pertencente à Universidade Federal do Pará. Pela própria natureza da entidade ela jamais poderia receber o dinheiro público, e estamos falando aqui de 4 milhões de reais sem licitação.

O segundo problema detectado era a necessidade de se fazer remoção de povos indígenas que habita a Volta Grande do Xingu. Trata-se da etnia Juruna – isso sem falar nas outras que seriam afetadas, algumas também diretamente, outras indiretamente. Pelo fato de se atingir comunidades indígenas com essa hidrelétrica, há necessidade de que o Congresso Nacional a autorize. Por que existe essa norma constitucional? Porque, por várias vezes, e temos exemplo na própria Terra do Meio, a remoção de povos indígenas por conta de implantação de grandes projetos acarretou grande agressão àquela comunidade. Em alguns casos, houve a morte de mais da metade da etnia. O caso dos índios Planará, aqui na BR-163, no limite oeste da Terra do Meio, é um exemplo.

Qual é o sentido desta norma constitucional? O risco de remoções é tão forte que a Constituição da República determina que o Congresso Nacional defina se vale a pena o risco, e, se deve, quais as cautelas que devem ser tomadas. Estamos entre tirar um povo indígena de uma região e construir a terceira maior hidrelétrica do mundo. Há de se pesar, há de se levar o problema à agenda política do Brasil. E a Eletronorte não fez isto, não levou o assunto ao Congresso Nacional.

E o terceiro e último fator foi que eles tiveram a audácia, a Eletronorte, de fazer o licenciamento da obra junto à Sectam, e não ao Ibama. Estamos tratando aqui de um rio federal, áreas federais vão ser atingidas, e ainda assim a Eletronorte insistia em que o licenciamento ambiental deveria ter sido dado pela SECTAM.

O processo judicial ainda não terminou. Ganhamos na Justiça Federal em Belém. Eles recorreram para o Tribunal Regional Federal em Brasília. Nossas teses venceram de novo, por unanimidade. Eles recorreram ao presidente do Supremo Tribunal Federal e vencemos outra vez. O projeto está embargado.

Exatamente no dia hoje, na entrada por Anapu da Terra do Meio, temos em curso uma operação da Polícia Federal e do Ibama em meio a protestos de madeireiros da região, e a iminência de algumas mortes acontecerem pelos conflitos de terras.



É a consequência da irresponsabilidade do Governo Federal, na gestão anterior, em anunciar um grande projeto na Amazônia, sem qualquer planejamento de suas consequências.

Outro lugar de conflito é o município de Novo Progresso. A irresponsabilidade aqui é do Governo Estadual. O ITERPA possui terras na região. O Governo Estadual parece ver a floresta como um obstáculo a ser vencido para o desenvolvimento. É a mesma visão colonizadora de 500 anos atrás. Como se apenas houvesse desenvolvimento da exploração madeireira ou agropecuária, ambas visões de desenvolvimento *importadas* de outros Estados.

Dentro dessa concepção de desenvolvimento, o Governo do Estado incentivou a vinda de fazendeiros do sul do Brasil, loteando e vendendo as terras públicas. A primeira leva desses migrantes é constituída de fazendeiros, agricultores e madeireiros. O primeiro objetivo é colocar a floresta em baixo. Fiz um sobrevôo no final do ano passado e percebi com clareza a diferenciação das terras pertencentes ao Estado daquelas pertencentes à União.

Ao mesmo tempo em que o ITERPA estimulou a vinda desses empresários do sul do país, não houve qualquer mudança na política de segurança pública. A Polícia Militar permaneceu com o mesmo efetivo. A Polícia Civil permaneceu com o mesmo efetivo. A Comarca permanece sem juiz e sem promotor de justiça.

A consequência não poderia ser outra. Alguns casos são extremamente exemplificativos. Pessoas que compraram 500 hectares de terra, estenderam a cerca a mais alguns hectares. Atingiram lotes de colonos do Incra ou população tradicional. O conflito foi inevitável. Pessoas foram mortas, como o sindicalista *Brasília*.

Não podia dar em outra coisa!

Como fica o Ministério Público Federal nessa situação? A instituição que tem por dever defender os ribeirinhos, os extrativistas, os índios, enfim a população tradicional amazônica? Nossa intervenção paliativa – já que a solução para o problema não é jurídica – foi a criação do Pólo Interinstitucional de Novo Progresso. Uma tentativa de unir esforços e congregar IBAMA, INCRA, Polícia Federal e Receita Federal em um mesmo escritório, com ações interligadas para se fazer presente na área. Foi essa ação-modelo que possibilitou um pouco de paz na região.

Gostaria de citar o caso de Porto de Moz também, embora haja opinião de que a região não faz parte da Terra do Meio. Essa área é um exemplo específico da necessidade que temos em fazer com que a população tradicional seja reconhecida pelo mundo jurídico como dona da área. Até bem pouco tempo atrás, só tínhamos duas possibilidades de populações tradicionais serem reconhecidas: ou indígenas, que de uma certa forma sempre o foram no Brasil, ou quilombolas, que passaram a ser depois da Constituição de 88. Fora elas, não havia a possibilidade de se conceder título de terra “coletivo”. Ficaria de fora, portanto, a imensa maioria da população tradicional amazônica.

Com o martírio de Chico Mendes, o Direito Brasileiro reconheceu uma espécie de unidade de conservação que alberga os interesses amazônicos: as reservas extrativistas. Muito mais do que um documento fundiário de concessão da terras aos amazônicos, elas são um novo modelo de desenvolvimento que alia crescimento econômico e proteção ao meio ambiente. Em Porto de Moz, a Resex possuirá o nome de “Verde para Sempre”.

Há na região grandes empresas madeireiras, como sempre houve neste Estado em áreas de expansão – o mesmo modelo econômico que se estabeleceu no Sul do Pará em décadas atrás. E o resultado não poderia ser mais drástico. A região é hoje campeã em trabalho escravo e assassinatos no campo.

A diferença que nos dá a esperança de ver que não vai acontecer na Terra do Meio o que aconteceu com o sul do Pará é uma só: a consciência do povo que vive na Terra do Meio. Eles buscaram o Ministério Público. Eles têm consciência de seus direitos. Eles querem a criação da Resex “Verde para Sempre”.

A única experiência que temos no Estado do Pará foi realizada 1998 ainda quando eu era procurador da República em Santarém. Trata-se da Resex Tapajós-Arapiuns. É um modelo que vem se mostrando verdadeiramente eficaz numa forma de desenvolvimento crescente e coerente com o homem e o meio ambiente amazônico. Temos o exemplo na nossa frente e, talvez, por isso mesmo, haja contra a “Verde para Sempre” uma reação tão forte. É que a utilização dos recursos naturais não se dará mais pela elite econômica deste Estado, mas sim por sua população nativa, os verdadeiros donos da terra.

Muito obrigado.

**Ima Vieira** – Obrigada Felício. Agora passamos a palavra à professora Edna Castro, que nos falará sobre a dinâmica social nesta região.

**Edna Castro** – É com muito prazer que participo deste debate. Gostaria de agradecer o convite de Ima Vieira e do Museu Paraense Emílio Goeldi para compor essa Mesa Redonda. Minha exposição vai se pautar em resultados de um trabalho de pesquisa realizado em meados de 2002 na região de São Félix do Xingu e na Rodovia Br-163 (Cuiabá-Santarém), juntamente com Raimunda Monteiro e Carlos Potiara Castro, intitulado *Atores e Relações Sociais em “Novas” Fronteiras na Amazônia*. O estudo foi uma consultoria prestada ao Banco Mundial e procurou investigar ações e estratégias de atores sociais nas frentes de expansão da pecuária, da madeira e da soja, nessas áreas que contornam, de certa forma, a Terra do Meio. No entanto, esse objetivo inicial acabou tendo desdobramentos em função de uma série de situações novas encontradas no decorrer da pesquisa, permitindo ir mais além nas análises do que o previsto inicialmente.

O enfoque adotado na pesquisa privilegiou o entendimento da dinâmica econômica e social da região estudada nas suas relações com as áreas do seu entorno. Assim, a discussão da Terra do Meio e do seu entorno nos permitiu levantar uma primeira questão que é a necessidade de considerar o tempo desses processos de dizimação da floresta, pois envolve mudanças violentas que decorrem da ação de atores e de novos interesses em jogo. Os interesses são de uma economia nacional, globalizada, o que tenciona os processos internos de competição por mercados e produtos, mas também de empresas internacionais.

Cabe ressaltar aqui que o nosso olhar sobre a Terra do Meio foi a partir do seu entorno e considerando dois pontos. O primeiro, de São Félix do Xingu e de Altamira, portanto, pelo rio Xingu, e o outro, a partir da Rodovia Cuiabá-Santarém, no correr do rio Tapajós. Um olhar portanto de fora da Terra do Meio e considero relevante fazer essa precisão sobre o lugar do observador e de seu olhar. As informações foram obtidas através de entrevistas com as pessoas que moram ou que, por razões de

trabalho, atravessam parcialmente a Terra do Meio. Foi o caso de pequenos produtores ali localizados, de fazendeiros que têm fazendas, de comerciantes que ali têm negócios ou fazendas, de caminhoneiros na atividade de madeira, ou famílias que circulam nos ônibus que se dirigem ao Iriri e que falam sobre o assunto com muito medo, pela violência da grilagem com mortes inexplicáveis que, segundo dizem, são freqüentes. Foram, ainda, escutados índios de passagem por São Felix do Xingu. A partir desse olhar tentamos esquadrihar as estratégias de privatização das terras públicas e de seus recursos. A grilagem e a venda de terras griladas fazem parte de um mesmo processo de capitalização ilícita que passa a ser legitimada pela pecuária, na condição de donos de fazendas, produtores e indivíduos dignos de maior respeito. Os madeireiros também retiram o recurso ilicitamente, sem autorização ou, em casos incontáveis, com autorização fria. Muitas vezes, ao terminar de retirar a madeira, a terra já está grilada e entra no circuito do mercado de terras que passou a ser aquecido nessa região. Encontramos informações de venda das terras pela internet e também em jornais de Belém, anunciadas como *terras do Iriri*.

De um lado da Terra do Meio temos a região de São Félix do Xingu. O avanço sobre as terras para implantação de fazendas, ou para exploração madeireira e de garimpos, decorrentes em constantes tensões com pequenos produtores rurais e grupos indígenas, acabou por notabilizar a região de São Félix do Xingu pela violência e impunidade. Dinâmica que se arrasta há mais de 20 anos. As estatísticas de mortes violentas desse município acompanham de perto as de Marabá dos anos 70 e 80 do século passado. De outro lado, a oeste, encontramos a Rodovia BR-163, acompanhando o rio Tapajós na conjunção com a Transamazônica. A dinâmica nessa região apresenta-se como de ocupação de sob o modelo clássico de colonização através de políticas estatais implementadas nos anos 70 (sobre o qual não vou descer a detalhes) e que tem a ver com um ator importante, como já assinalou o Dr. Felício, que é o Estado; se nós pararmos para lembrar, mesmo que seja *en passant*, sobre a matriz teórica que informou o planejamento governamental para a Amazônia, vamos encontrar o conceito de integração que já naquele momento deixava claro sua vinculação com o mercado, nacional em um primeiro momento, e internacional como horizonte. Mercado e controle do território são elementos essenciais nessa concepção geopolítica do Estado.

Da década de 70 ao presente, o avanço sobre as terras se fez de forma contínua e na direção do oeste. Enquanto outras áreas estavam sendo ocupadas, a Terra do Meio se manteve preservada, inclusive em parte pela presença de povos indígenas que representaram, de certa forma, um freio a expansão da pecuária e da devastação seletiva da floresta pelos madeireiros. Uma série de acontecimentos ocorreram desde os programas de colonização da Transamazônica e da Cuiabá-Santarém, como a definição de Altamira como um pólo de desenvolvimento, com projetos implementados pelo Polamazônia via incentivos fiscais da SUDAM, a construção de outros eixos rodoviários, programas de apoio à agricultura. O conjunto institucional que sustentou esses programas, SUDAM e BASA, tece o apoio de órgãos fundiários que fortaleceram uma estrutura portadora de conflitos. Na década de 90, temos um debate ambientalista que começa ao lado de novas dinâmicas socioeconômicas não menos importantes, secundando os projetos de grande porte, da mineração à energia. Então, na minha leitura, um ator importante em todo o processo foi o Estado. Se muitas vezes dizemos que nas terras dos rios Iriri, Curuá e Xingu ou ainda, na PA-163, há uma ausência injustificada do Estado que potencializa a ilegalidade e a impunidade, houve também uma presença, através de suas políticas, e isso a pesquisa na área das ciências sociais

que fizemos na Universidade Federal do Pará e no Museu Goeldi nos anos 70 e 80 deixam muito claro o que esteve na raiz de um processo de violência, de desrespeito aos direitos humanos que caracteriza a atual dinâmica socioeconômica do oeste do Pará. Violência que se reproduz por processos de apropriação privada das terras públicas mais seja nas áreas estudadas ou na Terra do Meio, pois não é possível parar o processo já avançado com estradas de madeiras, grilagem feita por lotes que são vendidos por consórcios nacionais ou as fazendas já com pasto, a não ser com decisão política e presença do Estado.

Acho que hoje estamos diante de uma série de outros desafios e o que eu queria registrar aqui era a importância de não se perder esta dimensão da História, sobretudo por se tratar do rio Xingu, pois pelo debate trazido por outras pesquisas, é como se o Xingu nascesse agora, sem sua milenar presença de povos indígenas, tão diversos em duas etnias e culturas, ou pelos sinais deixados pelas famílias de colonos assentados ainda no regime sesmarial, enfim, pela história já centenária de castanheiros, seringueiros, homens e mulheres que fizeram o passado e estão vivas no presente dessa região. Aliás, a Amazônia, sobretudo a partir da década de 70, quando passa a ser mais falada, aparece no cenário nacional e internacional como algo que nasce do nada. Essa representação não está presente apenas nos EIAs/RIMAs de grandes projetos, mas por pesquisadores, inclusive nossos colegas das ciências sociais. É importante que se exija, tanto na academia como nos trabalhos de pesquisas produzidos por ONG's, o respeito à história de uma região de seus atores e interlocutores. Essa história faz parte do seu patrimônio, tanto quanto o patrimônio da biodiversidade ditado pela sua história ecológica. Insisto nesse ponto, pois me tocou muito quando estava em trabalho de campo em Castelo dos Sonhos e em Novo Progresso, quase na fronteira com o Mato Grosso, essa idéia tão forte que conforma as reapresentações das pessoas e suas práticas, de um progresso para uma região sem história trazido pela estrada e pela pecuária, contraposta a uma cultura do extrativismo representado nos índios do Xingu e Curuá.

O debate sobre a Terra do Meio é oportuno por permitir também esse balanço. Os estudos sobre a Transamazônica, do Roberto Araújo ou os estudos do Jean Hébert, ou aqueles voltados à Tucuruí, apontando nesse caso os resultados de pesquisas encontrados no livro *Energia na Amazônia* (MPEG/UFPA) iluminam a compreensão do que esses processos atuais trazem de novo e de reprodução.

Essas novas áreas que são ao mesmo tempo as últimas para o avanço da pecuária, da madeira, do mogno e da droga. Utilizamos o conceito de fronteira para reforçar a idéia de movimento, a mesma fronteira que anda, móvel, e que segue na generalidade a direção sul - norte do país, a mesma que se sucedeu do Paraná para São Paulo, ou Mato Grosso, formado pela cultura do boi e da madeira e que chega ao Amazonas através de Rondônia, e também pelo oeste do Pará, como movimentos simultâneos, um processo que é fundamentalmente intergeracional.

Essa dinâmica de atores sociais é bastante rápida e hoje incorpora elementos técnicos novos, como o GPS que permite outra modalidade de acesso aos recursos, de locomoção através de matas e rios, de radares para localização das áreas onde têm mais reservas, entre outras inovações.

Em nossa observação está bem avançada a expansão das fazendas em direção à Terra do Meio, contrariando algumas pesquisas que insistem em dizer que essa área ainda está imune de novos ocupantes. O mapa que construímos com as pequenas

estradas abertas por madeireiros e depois reutilizadas por fazendeiros de São Félix do Xingu e por pequenos colonos, mostra a capilaridade dessas vias. O fato de estar cercada literalmente de terras indígenas e de unidades de conservação, há uma tendência de dizer que essa área está protegida. Certamente se trata de uma área ainda relativamente conservada, com o belo rio Xingu correndo sem poluição, pelo menos no curso distante de Altamira e Vitória do Xingu. Eu diria, porém, que é uma área muito vulnerável justamente porque já foram alvo das frentes madeireiras e agora representam, para os fazendeiros e mesmo pequenos produtores rurais de São Félix do Xingu que ali já estão ou pretendem ter terras no Iriri, uma oportunidade a não ser perdida. E, por isso, nossa pesquisa constatou uma dinâmica bastante tensa e complexa referida a essas novas áreas que rapidamente estão sendo incorporadas ao patrimônio privado. Estamos falando de uma complexidade, pois envolve ainda os interesses de sojeiros, de empresas diversas atraídas pela possibilidade da construção do complexo hidrelétrico de Belo Monte, que inclui mais três barragens e do aumento da produção da soja, ou, ainda, pelo projeto de asfaltamento da BR-163, no âmbito do Programa Avança Brasil. Mesmo que haja uma tendência a simplificar essa problemática, nossas conclusões nos levaram mais na direção de afirmar a complexidade da situação, em função dos atores sociais e de suas estratégias, que levam a uma dinâmica socioeconômica bastante particular.

A presença de fazendas nessa área foi relatada em entrevistas que fizemos com fazendeiros e com pequenos produtores que já estão assentados em áreas próximas ao Porto da Estrela. Na rodoviária tem ônibus todos os dias para o Iriri. Na beira do rio, onde fica a balsa do rio Fresco saem todos os dias, identicamente, ônibus para o Iriri, chamado de linhas do São Francisco e Fogoió. Eles seguem pelas estradas onde se encontram alguns povoados ou para fazendas mais distantes. Entre as estradas, as mais importantes são a do Iriri e a estrada que vai até a vila de Canopos, ambas atravessadas por vicinais. Tem ainda outras pequenas abertas por madeireiros, algumas já fechadas pela mata, e que, segundo nosso entendimento, vêm mostrando a vulnerabilidade e a necessidade do poder público em agir com rapidez e eficiência. Isso porque não houve uma ação nessa direção a não ser no caso do mogno. Mas o problema é bem mais amplo. Informações obtidas junto a pecuaristas, associações e entidades de classe, apontavam que até o final de 2002 deveriam ser derrubados em torno de 100.000 hectares de terra na direção do rio Iriri, pretendendo deixar o novo governo, possivelmente de esquerda, diante de um fato consumado. Este é o sistema de grilagem que inova em tecnologia e que se monta mais ou menos assim: grilo ou compra de terra de terceiros, pequenos ou grandes pastos, revenda da terra, reorganização da produção em outra área e recomeça o ciclo. Há várias formas de realizar este grilo. E o que estávamos encontrando que parecia ser mais avançado, ou, pelo menos, não conhecíamos, estavam presentes nas terras do Iriri, descendo do município de Uruará e seguindo na curva do Iriri em direção ao sul. Nos informaram que os grileiros iam de helicóptero e demarcavam uma ponta de terra, depois o mateiro descia do helicóptero e começava a fazer uma clareira onde se localizariam os trabalhadores com o rancho para permanecer na mata até concluir os trabalhos de pico e demarcação. Encontramos um fazendeiro por exemplo, que nos deu a entender a formação de sistemas de condomínios na venda dessas terras devido, na leitura dele, aos peões que grilam suas terras e à violência da região. A idéia do condomínio está associada à de segurança e de partilha por vários donos e a responsabilidade da manutenção das terras.

O objetivo de mostrar essa foto publicada por um jornal de Belém contendo denúncias de grilagem na Terra do Meio é simplesmente para mostrar que essa discussão está presente na mídia. Essa foto foi veiculada há mais de um ano. Reconheço os processos jurídicos encaminhados pelo Ministério Público, mas queria afirmar a urgência e pressa nos encaminhamentos legais.

Outro ponto é a importância de um programa integrado de pesquisa e de ação, mas sobretudo, a presença do Estado. É importante também levar em consideração os atores locais e suas propostas de desenvolvimento, como é o caso do Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu. Entender os processos de capitalização múltipla pelo garimpo, pecuária, comércio, madeira e da agricultura. Com o dinheiro do garimpo, muitos investiram na pecuária; com o dinheiro da madeira, muitos investiram também na pecuária, e com isso a pecuária acaba sendo um símbolo enquanto uma atividade que, como dizem, “é uma poupança que está no banco”, ela é segura e rentável. Ainda que essa rentabilidade dependa do tipo de estabelecimento e do seu tamanho, outras atividades concorrem nessa capitalização, como a grilagem de novas terras.

O Mapa da produção de gado por microrregião, no Pará, dá uma indicação muito interessante da direção da expansão pecuária. Redenção que está perto de São Félix do Xingu (SFX) foi a porta de entrada da pecuária para SFX. E desta, se direciona para a Terra do Meio. Segundo o presidente da Associação dos Produtores Pecuários do município de SFX, aí existia na época da pesquisa, em torno de 1 milhão 200 mil cabeças de gado; há 16 anos, o abastecimento de carne no município era difícil, feito algumas vezes até de avião, segundo informam gestores da Prefeitura. Orgulham-se em ter conseguido implantar um parque pecuário desse porte, tornando-se o segundo município maior produtor de gado da Amazônia. São atores com uma certa força e capacidade de se mover, tendo uma concepção de tornar essa região um centro de abastecimento bovino e leiteiro do futuro. Numa percepção de conjunto, Xingara, Marabá, Conceição do Araguaia e Paragominas são vistos não muito longe como potenciais de capitalização, e de outro lado, Parauapebas com um outro perfil diferenciado. Enfim, este é um mosaico de municípios com expressão econômica e política. Cruzando estes dados que mostram ações concretas de desmatamento e o seu potencial de crescimento com aqueles oficiais que revelam ter diminuído as taxas de desmatamento, nossa conclusão é que algo está errado pois nossas observações apontam para a continuidade do desmatamento na região, atingindo rapidamente as áreas novas do Estado do Amazonas. Para um avanço sobre áreas novas e continuidade na pecuária em outras. Um exemplo é o município de São Félix do Xingu, o segundo maior do Estado em área, e está entre os municípios no Pará com a taxa mais alta de desmatamento. Outros dados estatísticos elaborados pelo Prof. Cordeiro, da Universidade Rural da Amazônia (UFRA), mostram que em dez anos a pecuária do Estado do Pará passou de um efetivo de 4 milhões 599 mil cabeças para 9 milhões 668 mil cabeças de gado.

O mercado da madeira, em especial do mogno, ficou bastante aquecido nos anos 2000 a 2001, justamente pelo confronto de interesses que gerou tantos conflitos, tantas mortes, tanta violência, justamente porque envolve muitos atores que estão por trás da dinâmica do mercado de terra, como os hotéis, pensões, restaurantes, comércio de pesca, supermercados que fornecem o rancho, entre outros. É bastante complexo.

Para concluir, gostaria de dizer que a sensação que nos foi passada é de que realmente a Terra do Meio é o grande quinhão a ocupar. Discurso que aparece de forma nem sempre clara, mas presente do lado da PA-163, de Novo Progresso, Moraes de Almeida e Castelo de Sonhos, e do lado de São Félix do Xingu, Xinguará e Tucumã. E isso nos preocupa por razões sociais e ambientais e justamente por ser uma região que talvez se pudesse iniciar uma ação de desenvolvimento mais responsável, envolvendo os atores locais e também para se acreditar que houve mudanças depois de tantos anos de pesquisas, denúncias, debates e ações contra a impunidade e os direitos humanos. E pensar em limites da ação e que outro modelo de desenvolvimento é possível, e, a nosso ver, isso passa necessariamente pelo Estado como ator e com intervenções positivas do ponto de vista de um sistema regulatório que possa apoiar um projeto socioeconômico e ambiental para a Amazônia.

**Ima Vieira** - Agradecemos à Dra. Edna por suas importantes contribuições. Passamos a palavra ao Roberto Araújo que vai nos falar sobre Desenvolvimento Sustentável e Segurança.

**Roberto Araújo** – Vou tentar ser breve, embora como todos nós aqui eu tenha muita coisa a dizer sobre este assunto, ainda mais em uma região que tem se tornado tão visada nos meios de comunicação, e de uma maneira geral nas dinâmicas sociais, políticas e econômicas da Amazônia.

Vou dizer duas coisas: o meu interesse pela Terra do Meio deriva, em primeiro lugar, de uma experiência antiga; e em segundo lugar, de preocupações mais recentes que nascem a partir de duas práticas de pesquisa.

A minha experiência antiga é do tempo em que a Terra do Meio não tinha este nome – era simplesmente uma área que passou a constituir, pouco a pouco, a partir sobretudo da Transamazônica, uma área de expansão ou de trasbordamento, digamos assim, de alguns processos de ocupação....

**(Aqui houve um erro de gravação e, infelizmente, não pudemos apresentar a palestra do Dr. Roberto Araújo). Para contornar a situação, apresentamos um resumo de algumas idéias apresentadas durante esse seminário).**

Desde 1970, o crescimento extraordinário de cidades médias na região Norte resulta da presença de pólos de desenvolvimento baseados na exploração desordenada de recursos naturais, como o garimpo e a exploração madeireira.

Uma expressão disso é o intenso processo de criação municipal. Entre 1980 e 1996, o número de municípios do Pará salta de 83 para 143. Um bom exemplo da vinculação estreita desse processo com as transformações das zonas pioneiras é a criação sucessiva de dois municípios: Ourilândia do Norte e Bannach. Desmembrado de São Félix do Xingu, Ourilândia do Norte surge de um aglomerado de garimpeiros e de trabalhadores trazidos à região pela Construtora Andrade Gutierrez para trabalhar no projeto Tucumã. Proibidas de residirem na área do projeto, essas pessoas foram se agrupando às margens de uma estrada, no mesmo local em que o GETAT depois implantou uma colônia, que se tornou em 1988 a sede do município. Apenas cinco anos depois, em 1993, desmembrado do recém-criado Ourilândia do Norte, surge o município de Bannach, um conglomerado nascido em torno de uma serraria que lhe deu seu nome<sup>1</sup>.

Essas cidades da fronteira amazônica emergem em decorrência de surtos consideráveis de produção de riquezas, cujos fluxos se desenvolvem em grande parte na ilegalidade. Assim, “a maioria dos garimpos é raramente, senão nunca, visitada por técnicos do Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM), (...) e somente uma fração de todo o ouro extraído é vendido ao Estado. (...) Mesmo nas áreas de intervenção federal, onde é obrigatória a venda de ouro ao governo, o DNPM estima que pelo menos um quinto do ouro produzido é contrabandeado para fora do país. (...) Existe uma enorme economia informal que não pode ser quantificada com nenhum grau expressivo de exatidão” (Cleary, 1992). Produzindo dezenas de toneladas de ouro por ano, com valores superiores ao bilhão de dólares, o garimpo assemelha-se à atividade madeireira, tanto pelos montantes gerados quanto pela ilegalidade intrínseca da sua economia: “Em 1998, a renda bruta do setor madeireiro (no Estado do Pará) foi expressiva, atingindo US\$ 1,026 bilhão” (Imazon, 2002). Porém, “estima-se que 80% da madeira produzida na Amazônia é ilegal; em regiões de fronteira como Marabá (PA) este índice chega a 95%” (Amigos da Terra, 2000)<sup>2</sup>.

Não admira assim que exista um vínculo estreito entre essas economias e outras atividades ilícitas, como o comércio de cocaína. Além de possibilitar a lavagem de ativos ilícitos, as infra-estruturas (pistas de pouso, fornecimento de combustível etc.) necessárias à exploração de áreas isoladas na floresta logo são chamadas a contribuir com esquemas de tráfico de drogas, ou contrabando de armas, em muitos casos<sup>3</sup>. A apropriação fundiária, simultânea ou posteriormente à extração dos recursos naturais (ouro e madeira), por meios violentos, desemboca na criação extensiva de gado, com uso sistemático de “trabalho escravo” e de superexploração da mão-de-obra, completando um ciclo de apropriação territorial por grupos de indivíduos beneficiários diretos dos lucros das atividades ilegais.

Esses grupos de indivíduos, guindados à condição de prósperos fazendeiros, negociantes e empresários, vêm desempenhando um papel preponderante nos processos de emancipação municipal. Elegendo-se ou contribuindo a eleger os representantes do executivo e do legislativo local, eles não apenas exercem um controle crescente sobre os dispositivos administrativos que permitem transformar em patrimônio as rendas e os bens oriundos de atividades ilícitas, como também adquirem acesso privilegiado, mediante corrupção de funcionários e barganhas político-eleitorais, a diversos fundos de origem legal (financiamentos estatais da atividade econômica, editais públicos, transferências constitucionais etc.).

Esses processos não podem deixar de exercer enorme impacto sobre o arcabouço jurídico-institucional, pois a própria constituição do campo político parece dar-se aqui em função da subordinação do *ideal institucional* aos desígnios de certos grupos estruturalmente vinculados ao crime organizado. Por *ideal institucional* deve-se entender não uma abstração sociológica, ao modo de um tipo-ideal weberiano, e sim uma construção simbólica, reconhecida pelo conjunto dos cidadãos, que referenda e legitima determinados comportamentos ou formas de redistribuição social. Todos sabem por exemplo o quanto a possibilidade de auferir benefícios patrimoniais através da instituição possui a propriedade de mobilizar forças e interesses diversos no jogo político. O senso comum se refere a isso, quando diz do ocupante de um cargo público que ele “rouba, mas faz”. Porém nenhum candidato afirmaria que isso é legítimo, pois é algo que contraria o *ideal institucional em cujo nome* ele deve se apresentar. Sem aprofundar o



debate, digamos que falar, como o fazem alguns autores, em “organização criminosa *institucionalizada* dentro do aparelho estatal” (Gomes, in Gomes, Prado & Douglas, 2000, grifo meu), pode aparecer como uma contradição – o crime não pode *intitucionalizar-se* a não ser que deixe de constituir um crime! Trata-se, melhor dizendo, de distinguir um campo político que se estrutura a partir da referência ao ideal institucional, *mas em função da sua subversão*.

## PALESTRA

### Estudo para caracterização de um Mosaico de Unidades de Conservação<sup>4</sup> no Médio Xingu

Mário A. Menezes (Secretaria de Coordenação da Amazônia/MMA.)

#### 1. Introdução

Terra do Meio está localizada na região central do Estado do Pará, entre os rios Xingu e Iriri, em sua maior extensão, e se estende por uma área de 7,6 milhões de hectares, distribuídos por sete municípios: São Félix do Xingu e Altamira, principalmente, Santarém, Medicilândia, Rurópolis, Trairão e Novo Progresso. Constitui um polígono circundado por 13 Terras Indígenas, condição que certamente contribuiu para a denominação que recebe (adiante, mapa de localização da área).

Os conhecimentos atuais sobre sua biodiversidade não são ainda suficientes para afirmar se a área é relevante para a conservação. No entanto, cientistas e pesquisadores avaliam que sim, em virtude da ocorrência de grande relevância da diversidade biológica nas áreas adjacentes.

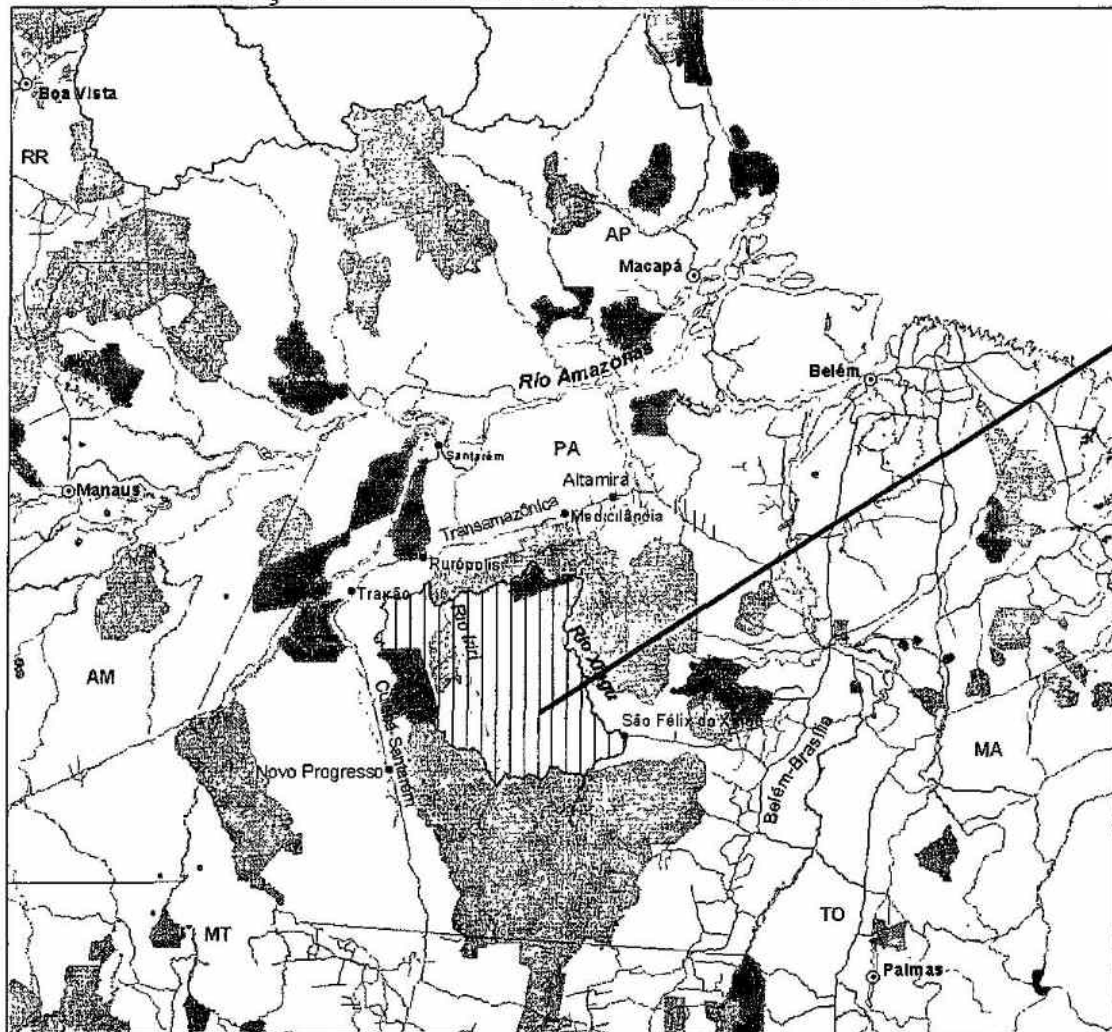
A par desses aspectos, demandas das comunidades da Transamazônica pelo ordenamento territorial dessa região, levaram o Ministério do Meio Ambiente, através da Secretaria de Coordenação da Amazônia, a contratar os serviços do Instituto Socioambiental (ISA), para realizar estudo subsidiário à criação de um mosaico de unidades de conservação na área, num processo de negociação em que todos os interesses legítimos presentes estarão contemplados.

#### 2. Aspectos naturais e da ocupação humana da área

Todo o trabalho de campo realizado na Terra do Meio se deu através de seus principais rios – Riozinho do Anfrízio, ao norte, Curuá e Iriri, a oeste e o próprio Xingu, a leste -; da estrada que dá acesso à mineração Canópus, cortando a área na direção leste/oeste, partindo de São Félix; e de sobrevôos de reconhecimento.

A área está muito pouco alterada – em apenas 2,0% (dois por cento) de sua extensão as florestas sofreram corte raso – constituindo uma das poucas e últimas sub-regiões com esse nível de preservação no Pará, comparável apenas à do Tumucumaque, na Calha Norte, dados os problemas de acessibilidade, distância dos mercados etc. Não obstante esse estado de preservação, é de se esperar o recrudescimento do processo de ocupação da região, através da grilagem, do desmatamento e da exploração ilegal de madeira, caso o processo de tomada de decisão sobre a criação do *mosaico* não caminhe de forma ágil.

### LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO NO ESTADO DO PARÁ



Predomina na região a floresta ombrófila, com destaque para os diversos tipos de florestas ombrófilas abertas (latifoliada, mista etc.). Em torno de 80% de seus solos são quimicamente pobres e ácidos, havendo uma mancha significativa de Terra Roxa Estruturada em sua porção sudeste, próximo a São Félix do Xingu, onde se concentra a ocupação na área. Seu relevo é predominantemente pouco movimentado, destacando-se na paisagem regional as serras do Pardo e do Estragado, em sua porção leste, também próximo a São Félix, de grande beleza cênica. Beleza paisagística, aliás, é o que não falta nessa região, ao longo de seus rios ainda muito preservados, e ao largo de suas áreas interiores quase intactas, com grande potencial turístico por explorar. A região também possui alguns sítios arqueológicos importantes, ainda pouco estudados.

A coleta de castanha e do látex e a extração de ouro, suas primeiras frentes de ocupação, atraíram os primeiros habitantes, que se interiorizaram graças a seus rios, principais “estradas” da região. Ainda de grande importância socioeconômica local, a atividade extrativista, a lavoura branca, a pesca artesanal e a caça continuam sendo as principais atividades produtivas.

Atualmente, vivem na Terra do Meio em torno de 10.000 pessoas, metade indígena e metade constituída de populações tradicionais e ribeirinhos. Mais de 50% dessas pessoas vivem na área há mais de 20 anos. No entanto, a área tem perdido moradores, principalmente ao longo dos rios, onde as condições de vida têm piorado por falta de políticas voltadas para essas populações. Intensa ocupação já bastante visível em São Félix do Xingu, localizada na borda leste da área, vem interiorizando na Terra do Meio uma frente de expansão, através da estrada da mineração Canópus, principalmente. Essa frente preocupa, pela absoluta falta de planejamento dessa ocupação, tendo em vista seus impactos socioambientais.

É notória a ausência do poder público na região, onde não há organização política local e infra-estrutura básica, nem as pessoas contam com assistência de espécie alguma.

O quadro situacional na Terra do Meio é emblemático do ponto de vista da falta de disposição política e capacidade do poder público de planejar o ordenamento territorial em áreas de fronteira, mormente na Amazônia. De outra parte, é também simbólico o fato de estarmos gestionando pelo ordenamento numa das últimas fronteiras de recursos primários do Pará, de cujo êxito dependerá em grande parte o que vai acontecer com o processo de ocupação no restante da região, de modo especial no que concerne ao uso social de suas florestas.

### **3. Principais pressões e riscos presentes na área**

Os vetores que mais pressionam Terra do Meio são São Félix do Xingu a leste, a Transamazônica (BR 230) ao norte e a Santarém-Cuiabá (BR-163) a oeste. Pela primeira vez na história, uma grande e estratégica região da Amazônia brasileira localizada na linha tradicional de expansão da fronteira, deixa de ser pressionada pelas frentes que chegam do leste, para ter seus flancos abertos em outras direções e a outras frentes, desfigurando na área o convencional Arco do Desflorestamento.

A estrutura fundiária da região, dominada pela apropriação ilegal de terras e intensa grilagem, também tem se constituído em importante fator de pressão local, potencializado enormemente a exploração predatória das florestas, o desmatamento e os conflitos socioambientais, acarretando expulsões de comunidades locais e morte de lideranças e de trabalhadores rurais. O caso de apropriação de grandes extensões

de terras na área por Ercílio Almeida é o mais representativo, mas não o único. Dezenas de grileiros vêm avançando rapidamente na tomada de terras e florestas na área, colocando em risco a sobrevivência de suas populações e a grande riqueza natural que possui.

Toda essa situação coloca em risco até mesmo a capacidade de geração de energia da futura hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu. Terra do Meio está a montante de Belo Monte e abriga um dos maiores e principais complexos hidrológicos da Amazônia, com uma extensa e densa rede de rios e igarapés, constituindo-se num importante sistema natural de captação de águas que alimenta o Xingu e regula sua vazão.

#### 4. Importância da Terra do Meio

- A criação de um Mosaico de Unidades de Conservação na área mais as Terras Indígenas existentes no seu entorno, viabiliza um corredor ecológico de 25 milhões de hectares;
- Região de alta prioridade para a conservação da biodiversidade;
- Manutenção do clima regional e preservação dos rios;
- Manutenção do potencial energético do Xingu;
- Presença de população tradicional e práticas sustentáveis;
- Preservação de sítios arqueológicos;
- Preservação de paisagens de grande beleza;
- Incentivo ao manejo sustentável dos recursos naturais;
- Quadro fundiário favorável à criação de unidades de conservação, dada à existência de terras devolutas arrecadadas e matriculadas pelo INCRA e ITERPA, sem destinação, abandonadas ou inaproveitadas.

#### 5. Recomendações do Estudo

- Que o Ministério do Meio Ambiente protagonize um conjunto de consultas, sobretudo em relação ao Estado do Pará, para tomada de decisão sobre o Mosaico de Unidades de Conservação a ser criado na área.
- Que a proposta de criação de um Mosaico de Unidades de Conservação na Terra do Meio seja incorporada às políticas destinadas à criação e expansão de áreas protegidas na Amazônia (Programa ARPA-Áreas Protegidas da Amazônia/MMA).
- Uma ação articulada de governos para proteger e prestar assistência às populações locais, bem como, para coibir a grilagem, a exploração ilegal de madeira e fiscalizar os garimpos (crescente processo de grilagem e de apropriação das terras públicas da região avança perigosamente sobre as populações ribeirinhas).
- A inclusão da região do Médio Xingu no Programa "Balcão da Cidadania", do Ministério da Justiça, para que as populações locais possam ter acesso à documentação necessária, ao exercício de atos da vida civil e usufruir direitos e benefícios que hoje lhes são negados.
- Atendimento de curto prazo à população ribeirinha da região, sem prejuízo de o governo desenvolver programas de assistência e infra-estrutura específica para essa população, e que a FUNASA e a FUNAI sejam acionadas para estender o atendimento das Unidades Básicas de Saúde existentes nas terras indígenas acessíveis a esta população.

- Cancelamento imediato dos planos de manejo inconsistentes dentro do perímetro da Terra do Meio, e uma redobrada fiscalização por parte do IBAMA.
- As negociações do processo de demarcação da Terra Indígena Cachoeira Seca devem ser urgentemente retomadas pela FUNAI, sob pena da etnia Arara testemunhar prejuízos irrecuperáveis dos seus recursos naturais, além de perdas territoriais de áreas estratégicas.
- As FLONAS existentes e propostas devem ser integradas a um plano global de desenvolvimento e ordenamento do setor madeireiro no Estado do Pará.
- É fundamental que o IBAMA interrompa imediatamente a exploração ilegal e desordenada que ocorre atualmente dentro da FLONA Altamira e tome providências urgentes para consolidá-la.
- Criação da Universidade da Terra do Meio, propiciando o encontro de cientistas, pesquisadores e técnicos que atuam na Amazônia, para conjugação de esforços voltados para o conhecimento da biodiversidade e conservação da região.
- Na data de criação do *mosaico*, deve ser providenciado em caráter expedito um levantamento georreferenciado das ocupações efetivas na área, para erigir instrumento de linha de corte aos eventuais direitos indenizatórios, inibindo novas invasões e grilagens de terra.
- Decreto que vier a criar as unidades de conservação e declarar o interesse social ou utilidade pública das áreas supostamente particulares, deverá autorizar a ocupação temporária (apossamento administrativo) dessas áreas, quando esta for necessária ao manejo emergencial ou controle de acessos, resguardando direitos à indenização das benfeitorias de boa-fé.
- O referido decreto deverá, também, ordenar à Procuradoria do IBAMA, em articulação com o INCRA e o ITERPA, a impugnação, pela via judicial, de todas e quaisquer suspeitas de domínio irregular dos imóveis particulares.
- Constituir uma força-tarefa entre as procuradorias do IBAMA, do INCRA e do ITERPA, com o apoio do Ministério Público Federal e Ministério Público Estadual, para monitorar as recomendações sugeridas.
- Considerando que é previsto (Lei 9.985 de 18/07/2000, Art. 26, Cap. IV; Decreto 4340 de 22/08/2002, Cap. III) para a figura do Mosaico de Unidades de Conservação uma instância de gestão integrada das diferentes unidades que o compõe e, também, as especificidades inerentes a cada uma dessas unidades, recomenda-se que a gestão do *mosaico* seja feita através de um consórcio que congregue o IBAMA, a Sectam, as organizações das populações locais e as instituições que possam realizar aporte técnico para a sua gestão.

**Ima Vieira** – Obrigada Mário. Vamos passar imediatamente para o Paulo com suas considerações e, em seguida, vamos abrir os debates.

**Paulo Medeiros** – Boa tarde a todos. Antes de mais nada, quero parabenizar pelo evento, e penso que no momento atual, na conjuntura em que estamos vivendo, é muito importante este debate, esta discussão e o envolvimento da sociedade, inclusive dos intelectuais, pesquisadores, até no sentido de perceber as dinâmicas, principalmente naquela região.

Vou falar de uma possibilidade, uma perspectiva de um movimento social que existe na região da Transamazônica, em Cuiabá/Santarém, cuja história vem desde o início da década de 80 até hoje, que tem otimizado várias ações e resultados como vocês vão conseguir perceber depois, o que nós propomos, o que estamos discutindo.

Esse estudo da Terra do Meio vem da discussão desse movimento social, dessa organização que tem uma mobilização social e, ao mesmo tempo, tem uma visão de desenvolvimento e trabalha com ações de desenvolvimento junto ao governo federal àquela região.

(Apresentando slides)

Aqui é a região de que estou falando. Aqui são 15 municípios ao todo, desde Altamira até Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, toda essa região, e aqui temos Altamira e aqui o Castelo dos Sonhos, Novo Progresso.

Temos nesta região em torno de 387.141 km<sup>2</sup>, que equivale a 30% do território do Estado do Pará. Essa região, que tem um movimento social e uma população de 462 mil e 115 habitantes nestes 15 municípios.

Vamos observar aqui nesta região, que é importante fazermos o debate sobre a importância das organizações no movimento social, e porque o novo cenário. Temos, nesta região, mais de 50% das propriedades na mão da agricultura familiar. Temos nestes municípios, com exceção de Altamira – que está aqui em cima, bem como Itaituba, uma faixa de 76% da população ainda morando na área rural nesta região como um todo. Dos trezentos e tantos mil quilômetros quadrados, temos de áreas legalizadas ou destinadas pelo Estado ou pelo Incra em torno de 3,2 milhões de hectares; dessas, temos 1.6 milhões de hectares que estão em mãos da agricultura familiar, em propriedades abaixo de 200 hectares nesta região como um todo. E é interessante observar que nesta região como um todo, desses 3 milhões de hectares temos ainda 64.3% em florestas.

Toda dinâmica, por exemplo, do trabalho, do movimento social, da organização social (porque se você pegar outras regiões como o sul do Pará que também tiveram colonização, como Mato Grosso, você vê uma realidade totalmente diferente, de desmatamento, de concentração de terras etc.), mas todo o trabalho de resistência, de organização, de planejamento nesta região levou a termos hoje este resultado. Agora, é a partir desse resultado que a nossa preocupação, quando discutimos a proposta de desenvolvimento sustentável para a região, quando estamos propondo Terra do Meio e a Verde para Sempre que é do outro lado da área norte, é uma visão de desenvolvimento sustentável para manter o desenvolvimento nesta região.

Quando falamos aqui das perspectivas do futuro do movimento social – de 2000 para cá – eu estava ouvindo a palestra de vocês, tanto da Edna, do Roberto e do Felício, estamos vivendo um momento de replanejar a ação de desenvolvimento, a nossa capacidade de organização, a nossa capacidade de ação política, temos debatido muito, estamos vivendo no momento naquela região um conflito de ocupação pelo espaço, e é importante observarmos que nós imaginávamos que a ocupação de espaço se daria de dentro da colonização para fora, mas lá é diferente; hoje, a pressão sobre a agricultura familiar, sobre a economia que está naquela região, vem de fora para dentro.

O que atrai essa ocupação de terra, a princípio, é a grande corrida pela madeira, o pólo madeireiro tem se intensificado muito, e aí é um dado interessante quando a Edna falava do Anapu. As cidades que se formaram a partir de 80 para cá, porque há 3, 4 anos atrás tinha 5 mil ou 6 mil habitantes, hoje, elas foram para 18, 20, 25 mil habitantes nas áreas urbanas. E é importante observar que não necessariamente as pessoas, são poucas, que estão saindo da área rural para vir, mas gente que está migrando de fora, estão vindo em função da madeira, em função dos grandes projetos.

Por exemplo, Novo Progresso, Anapu, Uruará, crescem loucamente. Por trás, há toda uma grande ocupação por conta da pecuária, porém, o mais forte hoje é a madeira, no corredor da Cuiabá/Santarém, no sentido de Santarém, entrando por trás de Uruará chegando até Altamira e Porto de Moz. É importante observar que já existe um conflito armado, inclusive, entre eles, na disputa por território.

Quando percebemos a necessidade de ter a pavimentação com o Avança Brasil, o PPA (Programa Plurianual do Governo Federal), os eixos de integração que pensavam a energia, a pavimentação da Cuiabá e da Transamazônica e o projeto energético da construção das barragens, é natural que haja uma alteração violenta destes anos para cá nessa região. A partir daí, nós que tínhamos, de certa forma, vindo trabalhando, um trabalho de base, discussão de projetos e desenvolvimento e conseguimos sair daquele período de isolamento e começar a consolidar a agricultura familiar, vimos mudar o cenário.

O Roberto estava colocando aqui, e o que mais nos impressiona nestes últimos anos, é que em uma grande parte dos municípios, você tem dificuldades na agricultura pelo acesso a melhores condições sociais e culturais na cidade; você vê o esvaziamento da juventude indo para a cidade, mas o que observamos é que, ao retornar para a área rural; você percebe naqueles municípios que em cada vicinal tem um foco de juventude usando e plantando droga, é um negócio espantoso; é difícil uma vicinal que você entra e não tem jovem plantando e usando droga, e tem também uma conexão, alguém na cidade que ... Por trás dessa situação estão as grandes madeiras, algum setor do comércio.

Antes de entrar mais na discussão da visão, das ações e proposições que temos do desenvolvimento, fazemos um debate, nós do movimento social, das nossas expectativas, perspectivas e articulação futura de que, agora com o governo Lula, com os órgãos na mão, ou conseguimos fazer um reordenamento fundiário dessa região, ou então o futuro dessa dinâmica da população que está aqui está muito comprometido, por conta da pressão sobre a terra, sobre o conflito que existe nesta terra. Pensamos em fazer o ordenamento fundiário desta região, acima de tudo propomos e há dois anos vimos discutindo a Terra do Meio e a Verde para Sempre como uma estratégia de contenção, de pressão sobre a área colonizada. Pensamos que na área de colonização ou na área de expansão temos que discutir como melhor aproveitar os recursos florestais, se é possível dentro das áreas, ou na área de colonização, trabalharmos com madeireiros ou com os próprios agricultores em projetos que venham fazer o desenvolvimento e o manejo sustentável dos recursos florestais aqui dentro. Também estamos fazendo um debate além dos recursos florestais madeireiros, do potencial grande em recursos florestais não madeireiros, temos um potencial também de ecoturismo nesta região e, hoje, se formos pensar, não teríamos mais como, em torno da área de colonização, fazer assentamento de sem-terra. E aí já estaríamos disputando o espaço que já está demarcado pelos grileiros. Então, você tem um espaço aqui que já foi marcado, já chegou nas bordas da colonização.

Temos, também, uma perspectiva de que é preciso pensar um novo modelo de assentamento, onde você possa fazer a ocupação mais em torno aqui das cidades, das vilas, do mercado consumidor e produtor, mesmo que tenhamos que reordenar pensando em adquirir terras e fazer assentamentos menores, aonde os assentados possam ter uma infra-estrutura de desenvolvimento, possam estar perto do acesso à escola, energia, lazer, porque a experiência que temos dos assentamentos que o Incra tem feito

ultimamente, é que as pessoas não conseguem chegar lá. Primeiro, porque o Incra assenta no papel, fazer estrada demora dois anos, até criar uma infra-estrutura o agricultor já pegou todos os créditos e vendeu a terra. E normalmente os assentamentos estão localizados em áreas que não são próprias para a agricultura. Agora é preciso também que, para fazermos este desenvolvimento, consolidar a agricultura familiar, pensar também o desenvolvimento urbano por conta desse crescimento nas cidades. Damos conta, tendo essas duas grandes áreas, de fazer o reordenamento fundiário na região, aqui, e também discutir como é que tratamos agora da produção de grãos; vai ter ou não produção de grãos em áreas mecanizadas? O pessoal está entrando por Santarém, por Mato Grosso. É possível, a partir do zoneamento aqui definir áreas? Temos que fazer este debate.

Em torno dessa visão, como é que discutimos um programa de melhoramento, de pavimentação das rodovias? Pavimentar, hoje, sem ter um ordenamento fundiário e um direcionamento dos investimentos públicos para financiar a produção nesta região, é cometer um suicídio, aqui. Temos todo o debate aqui em torno de Belo Monte, não vemos ainda o movimento social naquela região com clareza, se há necessidade de construir Belo Monte. Se pensarmos do ponto de vista da demanda nacional, da necessidade estratégica, sim; do ponto de vista para a região, não. Temos energia de Tucuruí, temos outras alternativas de energia. Agora, o que essa barragem vai trazer do ponto de vista dessa visão de desenvolvimento? É possível manter, criar as duas grandes áreas, reordenar este espaço, reordenar os recursos públicos aqui! Precisamos pensar que, se já temos energia aqui, como é que fica a energia rural para consolidar a produção que hoje existe? É todo um debate.

Precisamos colocar aqui um pouco do nosso projeto de áreas comunitárias, que temos em quase todos os municípios.

Rapidamente falando, temos nesta região em torno de 5 mil 600 e poucos financiamentos do FNO especial; se você for somar entre PRONAF, FNO vamos chegar quase a 8 mil pequenos produtores financiados. Temos nesta região, também, só o pessoal da SUDAM pegou mais de 200 milhões de reais, 26 famílias nesta região. Mas o FNO é insuficiente, hoje não responde mais, então estamos propondo uma discussão nacional do “pró-ambiente” que é uma nova linha de financiamento, vai financiar de forma sustentável agro-ecologicamente. Aqui para esta região, temos um projeto que o Ministério do Meio Ambiente já vem trabalhando há 2-3 anos que está sendo bem sucedido, eu mesmo tenho na minha propriedade, é uma nova forma de produção, produzir sem queimar naquela região, o modelo para agricultura familiar. Precisamos compreender todo o processo do desenvolvimento, temos uma dificuldade enorme do ponto de vista do conhecimento, do gerenciamento de propriedade, da assistência técnica. Temos um projeto nesta região que são “as casas familiares rurais” que estão instaladas nestes municípios.

Os programas ambientais, os Projetos Demonstrativos (PDA's), os programas de manejo florestal, os sistemas agro-florestais nesta região, têm toda uma discussão do diagnóstico, do planejamento local, a partir do qual chegamos num processo de desenvolvimento do Plano Diretor para os municípios, juntando isso com uma organização regional que é forte hoje neste trecho de Repartimento até Rurópolis, estamos agora em torno de um debate de construção de um outro pólo de desenvolvimento em Itaituba, Jacareacanga, Aveiros até Castelo dos Sonhos aqui em baixo, vai se formar um outro pólo de desenvolvimento.



(Mostrando ilustrações)

Aí as propostas de unidades de conservação, que são essas que estamos colocando; aqui é a Verde para Sempre, aqui a Terra do Meio.

Isso aqui são as estradas principais. Mas esta é um pouco a expectativa de desenvolvimento. Ou fazemos esse ordenamento fundiário que estamos falando e que tem a capacidade de ordenar os recursos públicos, e aí nesse debate, há articulação com os nossos parlamentares, com os órgãos de governo. Agora, é claro para nós o seguinte: o grande conflito, o grande interesse é o espaço naquela região; ou temos a capacidade de fazer uma ação de governo e ordenar aquele espaço, ou então vamos ter grandes dificuldades e aí basta você ver esta ação que teve agora em Anapu, com Polícia Federal e o Ibama, os fazendeiros fizeram churrasco na rua, andando armados e dizendo que quem manda lá são eles etc. Aquilo está tudo demarcado, tudo piqueteado, tanto pelos empresários locais como gente que está vindo de fora; os empresários locais atuando mais numa forma de fazer o comércio ser da terra. Acabei a tempo o debate.

**Ima Vieira** – Obrigada Paulo. Agradecemos a todos os participantes da Mesa e, nesta etapa da Mesa Redonda, vamos passar a palavra para vocês, e gostaria que se organizassem levantando a mão, eu anotaria aqui, de 4 em 4 arguições. Por favor, quem se interessar em debater se apresente. Primeiramente o deputado Airton, Francisco, Forline, mais alguém? Primeiramente estes três. Por favor se identifique pois tudo está sendo gravado.

## DEBATE

**Airton Faleiro** - Primeiro gostaria de cumprimentar o Museu por esta iniciativa, e também para nós que somos lá da região, agradecer a presença do público aqui. Estamos em busca de alianças para o nosso projeto de desenvolvimento; socializar com vocês que, quando olhamos friamente nos slides é uma realidade, agora para nós que moramos lá e enfrentamos esta realidade, é bem diferente.

Os dados frios apresentados aqui, não refletem a necessidade. Sei que estamos, e este espaço é para isso, pensando racionalmente a questão. E neste sentido é bom que saibam que estamos em uma guerra na região, uma guerra por disputa de concepção de desenvolvimento. Essa proposta que o Paulo, de forma muito, digamos, tranquila apresentou, ela está em conflito com outras concepções, com aqueles que sempre pensaram o desenvolvimentismo. Nós vivemos o momento de acirramento dos conflitos; nós não vivemos o momento de solução dos conflitos ainda, vivemos o momento do acirramento dos conflitos. Esta é uma primeira constatação.

Por que estou dizendo isso? Se ao mesmo tempo que estamos vivendo o momento do acirramento dos conflitos, também estamos vivendo o momento da consolidação de uma proposta que não é só mais da sociedade, passa a ser do governo, passa a ser da comunidade acadêmica. Acho que este é um avanço que estamos vivendo de acirramento, e por outro lado da produção e a construção coletiva da nossa proposta, conseguimos aliados para a nossa proposta. Eu sempre dizia que, se o governo Lula não ganhasse essas eleições, eu já dava por perdida essa guerra aqui; agora, eu como parlamentar do PT não vou aceitar que o governo Lula não nos apóie, e aí não é só o

Ministério do Meio Ambiente, ele é muito fraco para enfrentar o que estamos vivendo lá. O Ministério do Meio Ambiente tem que ser um articulador, mas tem que ser o conjunto do governo federal que se alie a nós nesta proposta, senão, só com o Ministério do Meio Ambiente não vamos conseguir o que precisamos.

Também dialogar aqui de forma rápida uma questão, tanto para a academia como para o Ministério do Meio Ambiente: nas exposições de vocês, observamos que vocês centram o debate na Terra do Meio, e não adianta centrar o debate só na Terra do Meio, tem que centrar o debate no território, porque quem vai dar sustentação para a política da Terra do Meio é a sociedade que está em torno, são aqueles agricultores familiares, sociedade que o Paulo apresentou. Temos que pensar o território que vai, da Terra do Meio trazendo até o rio Amazonas, que junta aqui com o rio Xingu perto de Gurupá, e aí a Verde para Sempre está dentro; com isso, a Transamazônica está dentro, bem como a Santarém/Cuiabá, porque se não pensarmos enquanto território e planejar o território, não tem sustentação a Terra do Meio sozinha. Obrigado.

**Ima Vieira** – O ordenamento da Terra do Meio pode servir como exemplo de que é possível nós planejarmos um território sustentável. Agora com a palavra Francisco e depois o Forline.

**Francisco Fonseca (SCA/MMA)** – O deputado Airton já avançou bastante no que eu estava pensando e colocou muito bem, não precisa nem eu repetir. Vou entrar direto numa parte dos debates, inclusive colocada pelo Roberto, de que o estado de direito deve antecipar todas as outras discussões setoriais, inclusive a questão ambiental. Neste sentido, eu queria deixar uma pergunta, para explorar mais o Dr. Felício Pontes: o Novo Progresso teve a criação do pólo interinstitucional, é mais ou menos a idéia de se trabalhar integrando algumas instituições, não todas, mas estavam o Ministério Público Federal, o Incra, o Ibama, mas sempre em nível dos órgãos federais. Eu gostaria de saber em que resultou essa iniciativa, e se nós hoje não estaríamos no momento de expandi-la, no sentido de incluir órgãos estaduais, a sociedade civil, pegando um pouco a idéia do Airton, se não seria um pólo interinstitucional, intersetorial e que pudesse também ter como um dos focos principais São Félix, aonde está tendo ali um vetor bem forte nesta direção. Obrigado.

**Louis Forline (Museu Goeldi)** – Eu queria parabenizar a Mesa por ter mencionado a questão indígena, em disputa da Terra do Meio, e a questão de Belo Monte, que também foi muito importante, e lembrar a todos que os índios que residem na região às vezes não são apenas de penas e plumas propriamente ditos, são muitos índios ressurgidos, que estão colocados no mapa recentemente; tem muitos índios misturados que são reconhecidos agora como índios, e isto às vezes cria um outro conflito na região, porque você vê, por exemplo, na volta grande de Xingu, os Jurunas são muito misturados e eles têm uma terra indígena lá chamada “Paquisamba” que está em revisão agora. Foi justamente por causa desta área uma das razões de Belo Monte ser embargado, e muitos moradores dessa região acham que não são índios propriamente ditos. Acho que temos que redefinir esta questão do que é índio, o que não é índio. Lembrando também que tem duas áreas indígenas que incidem na área que está sendo contemplada para fazer a Terra do Meio, ou seja, a reserva extrativista, a área dos Xipaias e dos Curuaia, são justamente índios misturados. Eu queria saber como vai ser conciliada a questão das áreas deles, e a Terra do Meio.

Mais uma questão aqui: a Eletronorte não está quieta neste momento, tem o consórcio Belo Monte lá e eles estão tentando ainda fazer a cabeça da população, e vão tentar retomar o projeto daqui a pouco. São esses os meus comentários. Obrigado.

**Ima Vieira** – Tem mais alguém que quer falar? Fecharíamos nos dois que faltam, o Leandro e mais dois assistentes, e aí a mesa responde de uma vez e finalizamos o debate.

**Evandro** – Sou estudante de pós-graduação em agricultura familiar do desenvolvimento sustentável na UFPA, turma 2003 e, quando possível, assessoro a Fetagri estadual.

Um ponto foi levantado sobre esta questão de ocupação que realmente não é comum, se for pensar no caso da região de São Félix do Xingu, a região do sul do Pará, por iniciativa do governo através da Transamazônica, muitas vezes também ocupação espontânea, através da construção da Belém-Brasília, a questão da Serra Pelada etc. Agora, tem um ponto que eu queria frisar porque isso é comum há 30 anos aqui na região e eu gostaria que dessem um maior enfoque sobre ele, que é justamente a questão da impunidade. Não se tem (eu posso estar desconhecendo o caso), que eu saiba, nenhum mandante preso até hoje dessas questões fundiárias, gostaria que vocês corrigissem se eu estiver errado. Não conheço muito bem esta região, sou do sudeste do Pará e nós sabemos que durante esses 30 anos na região morreram mais de 500 pessoas, agricultores familiares e até hoje não tem um mandante preso. Então, queria que nesse enfoque também (porque este é um tema gerador que está sendo discutido por dentro do próprio MST, da Fetagri, dos movimentos sindicais e sociais da região), entrasse esse tema “impunidade” como uma coisa muito forte, que favorece o desenvolvimento. Obrigado.

**Leandro Ferreira (Museu Goeldi)** – Essa pergunta é diretamente para a Mesa, mas reflete mais ao Mário. Pelo que foi mostrado na situação fundiária da Terra do Meio, grande parte da área é de domínio estadual; como fica a articulação do Projeto Arpa porque a criação do sistema de proteção integral, aonde sei, é essencialmente um sistema federal, e não estadual, e como fica a proposta de criação de unidades de proteção estadual dentro de uma região em que grande parte da área está sob domínio federal, e sabemos que pelo que você próprio mostrou, o sistema de unidades estaduais de proteção integral é realmente muito pouco representativo neste Estado.

**Brígido da Rocha (UFPA)** – Estamos representando aqui o grupo que está ainda sendo institucionalizado, que é o Centro de Energia para o Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará, que congrega principalmente pós-graduação em engenharia elétrica, engenharia mecânica, e cujo foco desse Centro, exatamente por isso foi criado, é procurar a promoção do desenvolvimento sustentável, e a importância da energia para esse desenvolvimento sustentável é inegável; não se consegue desenvolvimento sustentável sem fontes energéticas adequadas e, ao mesmo tempo, nem toda fonte energética é adequada para o desenvolvimento sustentável. Da mesma forma, a energia por si só não opera o milagre, e isso podemos ver na própria região nordeste do Pará, que tem eletrificação há mais de 40 anos e nem por isso a sua zona rural se poderia dizer que está num processo de desenvolvimento acentuado.

Exatamente para discutir essas questões e trazer essa visão, por exemplo, temos aqui presente acho que 4 ou 5 alunos da pós-graduação em energia que estão aqui participando do debate e se preparando para poderem ser profissionais adequados a esta mentalidade de que realmente se possa promover isso, e gostaríamos de colocar este Centro à disposição desse grupo, de forma que se possa interagir e trabalhar em conjunto para trazer soluções que possam vir na direção dessa sustentabilidade que acho desejada por uma grande parcela da comunidade científica. Obrigado.

**Rui Lima** – Sou engenheiro florestal e presidente da Associação dos Engenheiros Florestais do Estado do Pará. Não poderia deixar de dar a contribuição da Associação neste evento.

Primeiramente, gostaria de parabenizar o Museu pelo evento; em segundo, gostaria de criticar o Museu pela falta de melhor esclarecimento com relação ao evento na transformação da área do Meio em área de conservação.

O deputado aqui disse que estamos em guerra, e estamos sim, porque a ausência dos órgãos afins alguns anos atrás em São Félix do Xingu, como hoje ainda ocorre (nesta época só se chega lá através de avião), foi bom e ruim: bom porque já se produz carne dentro do município, mas foi ruim porque a devastação foi totalmente desordenada, não houve um controle por falta de Ibama, por falta de Sectam. Se esses órgãos que têm afinidade com as áreas estiverem presentes lá, acredito que não haja necessidade da criação, da transformação da Terra do Meio em área de conservação, porque a minha preocupação é que, será que vai ser área de conservação ou área de preservação? Ou, será que estamos preparando estas grandes áreas para mais tarde o Bush vir e nos tomar? Muito obrigado.

**Ima Vieira** – Gostaria de esclarecer ao presidente da Associação de Engenheiros Florestais que o Museu Goeldi está realizando um debate, sobre poder, violência e desenvolvimento, e a questão de gestão territorial sustentável, para que cheguemos a um projeto de pesquisa e atuação das instituições da Amazônia na região.

A proposição de unidades de conservação não vem do Museu Goeldi; há proposições e, por isso, solicitei a presença do Mário Menezes aqui, o MMA é que solicitou a algumas organizações não-governamentais um estudo de viabilização de implantação de novas unidades de conservação. Só esclarecendo, o Museu Goeldi não propôs absolutamente nenhuma unidade de conservação para esta região.

Vamos passar para que a Mesa responda.

**Elizabeth Van Den Berg** – Sou da coordenação de Botânica do Museu. Em primeiro lugar, todo mundo já deu os parabéns muito merecidos. Gostaria de pedir ao Dr. Mário, porque não lembro se foi o antepenúltimo ou o quarto slide antes do último, em que aparecia, bem pequenininho, não vi se era a estrada Carajás ou Estado Carajás, fiquei curiosa.

Porém, de tudo que se viu, esse debate aqui hoje reflete o que acontece na Terra do Meio, o que acontece neste maior território (o deputado colocou muito bem), e também na zona urbana e universalmente. Numa hora vi aquela imagem de Davi e Golias: Davi com aquela funda e Golias com aquela espingarda AR-15, arma mais nobre e poderosa. O que precisa, acho que é papel do Legislativo porque a Justiça, a academia, são bem intencionadas, estudam tudo, mas na hora H o meliante ou mesmo o que ocupa, o faz tudo, vai rápido e precisa o legislador criar ritos sumários. Antigamente não se ouvia falar de Juizados de Pequenas Causas, com isso aquele pobre coitado ficava 10 anos para receber uma indenização pequena ou ver o seu direito reconhecido. Surgiu o mecanismo das pequenas causas, que ainda não é o ideal. Está na hora de se refletir a criação de algum rito sumário para queimar etapas, porque hoje vai lá o advogado, mete uma prorrogação, pede, volta, e agora mesmo o jornal está cheio. A idéia é essa: que se reflita sobre isso. Era só e obrigada.

**Ima Vieira** – Vamos passar a palavra, pela ordem, ao Dr. Felício, à Edna, ao Roberto, ao Mário e ao Paulo para se pronunciarem.

**Felício Pontes Júnior** - Obrigado Ima. Vamos começar pelo Francisco. O que foi aquela intenção de fazermos o pólo interinstitucional de Novo Progresso? Confesso uma coisa para vocês. Foi uma ação desesperada do Ministério Público Federal de fazer

com que os órgãos públicos estivessem presentes na região. Foi algo como a última chance, algo que foi pensado, muito estudado e, conscientemente, algo paliativo.

Naquele momento, já tínhamos recebido ao longo dos anos uma série de informações de exploração madeireira ilegal, conflito com trabalhadores rurais assentados pelo Incra por causa dessa entrada de novos “conquistadores” vindos, sobretudo, de Santa Catarina. É que o Iterpa vendeu terras para muitos catarinenses. O caldeirão estava fervilhando ali. O que fizemos? Não podíamos ter o Estado do nosso lado, porque se assim fosse, eles já teriam pensado em não fazer o que fizeram, que foi vender as terras da região. Não tínhamos competência para atuar em relação à Justiça Estadual nem ao pessoal da área estadual. Nossa saída foi trazer todos os órgãos federais afetos a questão decidir que íamos em conjunto.

As dificuldades de orçamento foram vencidas com o trabalho em conjunto. Tivemos o apoio de helicóptero do Ibama, carros do Incra e da Receita Federal e assim por diante.

Essa foi uma experiência muito interessante, porque vimos que não precisava de tanto dinheiro como seria se um órgão só estivesse naquela região. E o que é melhor: que um órgão sozinho não dava conta do recado. O Ibama não poderia atuar naquela região sem o Incra do lado para determinar quem era o dono da área que estava sendo investigada. E nós, no primeiro dia de trabalho, atiramos no que vimos e acertamos em muita coisa que não tínhamos visto. No primeiro dia foram libertadas 8 pessoas em regime de trabalho escravo, entre elas uma criança de 6 anos de idade que o médico nos disse que se não chegássemos naquele dia a criança morreria de inanição. Isso apenas para ser uma idéia do barril de pólvora que é aquela região.

Hoje, diante do sucesso da operação do ano passado, vamos congregiar na sede da Procuradoria da República em Santarém todos os órgãos públicos federais afetos à questão para fazer o planejamento deste ano. Já há indicadores de que precisaremos de, pelo menos, 2 pólos interinstitucionais neste ano.

Com relação à última intervenção que foi feita e que diz respeito ao que falei, esperamos. Era só isso e muito obrigado.

**Edna Castro** – Acho que não tenho muita coisa a acrescentar. Gostaria apenas de chamar atenção para a relevância do debate e parabenizar o Museu por ter promovido esta discussão. Aproveitando as observações feitas pelo Airton Faleiro queria reforçar o enfoque de análise que contempla o contexto no entendimento da região em estudo. Nesse sentido que procuramos não centralizar o olhar para a Terra do Meio, isolando as dimensões importantes, no tempo, da história, e no espaço, de dinâmicas territoriais em uma circunferência mais ampla. Não é somente uma questão de escala. Embora seja um certo tipo de análise que temos que dar conta numa escala menor. Entender as dinâmicas internas na interação com as externas, seguindo a lógica das ações e relações entre atores locais e nacionais. Essa é uma perspectiva que permite dialogar com as questões mais amplas de modelo de desenvolvimento e de sua crítica. Enfim, a compreensão das dinâmicas de atores no entorno da Terra do Meio nos parece tão fundamental quanto entender esse espaço. Também estou consciente que, para essa região, teria de ser uma ação conjunta dos ministérios que têm força e poder de decisão e ação, porque isso é uma questão de desenvolvimento regional, não pode ser reduzida simplesmente a se criar um mosaico de unidade de conservação, um mosaico de ações, mas pensar numa perspectiva mais coerente com a história e a experiência vivida por atores locais, seja instituições de pesquisa, atores de classe, da sociedade civil organizada e certamente o Estado. Uma proposta que ultrapasse essa

dicotomia entre desenvolvimento e meio ambiente. Ultrapasse porque é a tentativa de uma construção na qual a questão ambiental esteja estreitamente vinculada ao contexto do desenvolvimento socioeconômico, e penso que isso nos aproxima do que há de novo no debate ambiental que é justamente esse princípio de reconhecimento de unidade e diversidade na ação que não deixa escapar suas múltiplas dimensões. E acho que as falas de Airton e de Paulo Monteiro foram nessa direção.

Para terminar, queria dizer que o papel da pesquisa é fundamental. Os institutos de pesquisa da Amazônia, como o INPA, o Museu e as Universidades, aprenderam muito e acumularam conhecimentos sobre a região nesses últimos quarenta anos. Acho que chegou a hora de começarmos a fazer balanços porque isso é muito importante pois nos coloca frente ao exercício de distanciamento. Balanços sobre interpretações fundadas em conceitos tomados como chaves e com os quais as ciências sociais, por exemplo, leram a Amazônia, como mudança, fronteira, conflitos, trabalho e produção, etnia, meio ambiente, entre outros. É essencial também a avaliação das experiências catalogadas como de desenvolvimento sustentável, de reservas e outras unidades de conservação, acho que isso é fundamental e mostra a estatura e a maturidade das instituições de pesquisa localizadas na região, nem sempre bem visibilizadas. Espero que o Museu, junto com outras instituições, continue promovendo esses momentos de troca de experiência de pesquisa com a presença de segmentos do Estado e da sociedade.

**Roberto Araújo** – Eu queria retomar rapidamente o que o Airton colocou também, sobre esse enfrentamento em torno de propostas contraditórias sobre o desenvolvimento: estou completamente de acordo. Pensamos num enfrentamento entre o modelo predador dos anos 70 e o modelo do desenvolvimento socioambiental. Acho que existe isto, sem dúvida nenhuma.

Para pensar, no entanto, a dimensão política da sustentabilidade, eu colocaria (isso pode parecer acadêmico mas acho importante), eu veria a coisa como dois pares de contradições na verdade, porque no momento, por acaso esses pares coincidem: temos o modelo predatório, digamos banido, e o modelo socioambiental que de fato se funda num reconhecimento da coisa pública. Porém, acho que essa coincidência não deve fazer com que a gente se impeça de pensar que são dois pares de contradição: um é o desenvolvimento predatório x desenvolvimento sustentável do ponto de vista, inclusive, do impacto ambiental e tudo mais e da sustentabilidade a longo prazo de uma atividade econômica. Do ponto de vista político, tem uma contradição entre o que podemos chamar de um modelo clientelista ou paternalista e o modelo do estado de direito, digamos assim.

Vou dar um exemplo, espero que dê para seguir, durante a época da borracha: o extrativismo da borracha foi sustentável, não era uma atividade econômica que fosse extremamente predatória para o meio ambiente, e, no entanto, nunca chegou a gerar desenvolvimento na região, porque ele era fundado sobre um modelo clientelista, quer dizer, este modelo clientelista que sempre vingou na região é um modelo fundado sobre a marginalização das populações com relação ao mercado, e a ausência de um contrato social possível para estas populações. Então, sempre o seringueiro estava na dependência do aviador; ele não passava um contrato com o aviador que era garantido pela lei, por um tribunal, pelo estado, por um terceiro elemento que garantia uma relação contratual entre os dois; o seringalista era simplesmente o próprio fiador daquele contrato no qual ele explorava o seringueiro. E toda a riqueza gerada pela exploração

da borracha na região, que era sustentável do ponto de vista ambiental, jamais gerou real riqueza para a região, porque não existiam os mecanismos coletivos políticos de redistribuição dessa riqueza e de apropriação dessa riqueza pelo resto da sociedade. Então não era desenvolvimento, era sustentável mas não era desenvolvimento, porque não existiam as condições políticas para que este modelo pudesse funcionar.

Para vocês terem uma idéia (não quero ser muito longo, mas é interessante raciocinarmos assim), em Marajó, no século XIX, os proprietários de lá, se eu era um empregado de um fazendeiro do Marajó eu podia ter gado de meia com ele, podia conseguir umas cabeças de gado, mas não tinha o direito de vender o gado no mercado a não ser que o fazendeiro, ou um dos fazendeiros do Marajó me desse uma carta dizendo que eu estava vendendo gado porque ele tinha dado essa permissão de venda para o mercado. Isso diziam os fazendeiros de Marajó. Era porque tinha muito roubo de gado, e imediatamente se penalizava o meeiro, o cara que tinha o gado de meio que não podia aceder ao mercado, quando na verdade o roubo de gado era quase uma instituição organizada entre os fazendeiros do Marajó que roubavam o gado uns dos outros. Quer dizer, na verdade sob pretexto da instituição e de evitar o roubo de gado se excluía as populações no mercado. Isso pode funcionar também como uma ideologia, se não tivermos um modelo político, uma sustentabilidade política para esse modelo, e a sustentabilidade política também, porque o mercado só existe quando existe contrato, um terceiro elemento entre as partes que garanta a possibilidade de negociar um contrato que acendeu o mercado. Portanto, é fundamental que essa dimensão da sustentabilidade política seja considerada como um fator essencial central e indispensável do desenvolvimento, porque por enquanto o desenvolvimento socioambiental está contra os bandidos, mas os bandidos podem começar a usar isso como ideologia, já estão usando, tenho aqui alguns casos interessantes de sujeitos lá de Altamira que vão para o juiz dizer que eles têm uma empresa agropecuária que está fazendo plano de manejo, não sei o quê. Isso é muito provável, que o próprio modelo socioambiental seja usado como ideologia, como foi usada toda tentativa de legalização das relações sociais como ideologia pelos poderosos. Isso é muito importante ter em mente para que realmente se construa um movimento de desenvolvimento sustentável.

E para finalizar, já fui um pouco longo, mas esta área, justamente parece importante como exemplo, porque essas dinâmicas todas estão muito presentes nesta região. Um exemplo que os cientistas e os movimentos sociais puderam seguir de sustentabilidade até hoje é, por exemplo, Mamirauá, que é uma experiência extremamente importante e decisiva para a construção do modelo socioambiental e desse paradigma da sustentabilidade socioambiental, mas é uma área muito menos atravessada pelas contradições e dinâmicas que a Terra do Meio. Então, a possibilidade de construir realmente um modelo, um programa de pesquisa e desenvolvimento na Terra do Meio fundado sobre um paradigma socioambiental toma uma importância decisiva, me parece, no quadro da Amazônia atualmente. Era isso que eu queria dizer.

**Mário Menezes** – Começando pelo Deputado Aírton Faleiros, que coloca a questão da regionalização do processo aqui discutido, resalto que a região aqui focalizada foi a Terra do Meio, mas a agenda do MMA no Estado do Pará contempla pelo menos quatro sub-regiões: Terra do Meio, área de influência a BR-163, Porto de Moz e Anapu. Se nos aprofundamos um pouco mais nessa questão, nos damos conta de que estamos tratando aqui da reorientação de um modelo econômico. A viabilização do ordenamento territorial de Terra do Meio, uma área de mais de 70.000 km<sup>2</sup>, que

inclui as dimensões socioambiental, econômica, política e do estado de direito, implica, necessariamente, a reorientação do modelo histórico de ocupação. Por isso, ressaltei a importância emblemática da região, também desse ponto de vista. O Ministério do Meio Ambiente, hoje mais do que nunca, está atento à questão do controle social e do ordenamento territorial, não havendo uma coisa sem outra.

Com relação à criação de unidades de conservação no âmbito do Arpa-Áreas Protegidas da Amazônia, colocada pelo Leandro, esse programa não diferencia a esfera de governo que crie e faça manutenção dessas áreas. Ele vai financiar tanto as UCs federais como as estaduais e municipais de proteção integral e, no caso de sustentável, as Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável também poderão ser estaduais ou municipais. Ou seja, o fato de a Terra do Meio ter em grande parte de suas terras sob o domínio do Estado do Pará, não implica, em princípio, dificuldade alguma para a criação um Mosaico de Unidades de Conservação. Há condicionalidade, sim, para a consolidação de Unidades de Conservação já existentes. Nesse caso, nos seus quatro primeiros anos de vigência, o ARPA irá consolidar 12 unidades de conservação de proteção integral federais.

Dra. Elizabeth, com certeza a senhora não leu “Estado do Carajás” nos *slides* que apresentei.

Rui, primeiro não fizemos nenhuma proposição de *mosaico* aqui; o que apresentamos nesta Mesa Redonda foi um estudo encomendado pelo MMA para subsidiar um processo de negociação (em curso), que nos leve a um *mosaico*. O Mosaico de Unidades de Conservação é uma figura prevista na legislação, que visa exatamente à superação dessa preocupação que o senhor manifestou. No *mosaico*, é possível contar com um amplo leque de categorias de unidades de conservação, que vai das unidades de uso econômico indireto (Proteção Integral), até as de uso direto (Uso Sustentável) de uma área. Ou seja, poderemos ter num *mosaico* desde Área de Proteção Ambiental - APA, a que me referi aqui, pela qual se condiciona o uso dos recursos, mas não a propriedade da terra, até Parque Nacional, onde é possível o ecoturismo a visitação pública, que gera empregos, renda e divisas. Constitui instrumento adequado para o (re) estabelecimento da governança e ordenamento territorial, nos casos em que a supremacia dos interesses de poucos sobre o direito da maioria já resultou em conflito aberto. E não há dúvida de que Terra do Meio é um desses casos. Mas, repetindo, o *mosaico* ainda não está definido, e é exatamente esse processo que queremos começar a fazer agora, com todos os atores legitimamente envolvidos. Obrigado.

**Paulo Medeiros** – Penso que as pessoas já falaram no sentido da importância deste debate, mas, acima de tudo, essa importância numa conceituação de desenvolvimento sustentável e de uma sociedade mais avançada, e possibilidade de participação democrática no crescimento econômico. Nós paraenses, nós amazônidas temos que decidir os paradigmas, os nossos conceitos de desenvolvimento, as nossas conquistas de desenvolvimento que queremos para a Amazônia que é 60% do território nacional.

Acho que fazer este debate é afirmar o contrário do modelo que passou. Será que queremos continuar com o modelo de terra arrasada? Será que é possível que, no meio de tantos bons empresários, de uma população inteira na Amazônia, os empresários do narcotráfico, do roubo de madeiras ditarem as regras? Acho que não; estamos pensando em desenvolvimento, Terra do Meio, inclusive pensando no setor florestal madeireiro, setor florestal da pecuária, dentro de uma visão do desenvolvimento sustentável. Portanto, não vejo, acho que nós da Amazônia, o Pará, temos que fazer este debate, e aí sim, articular os governos para conseguir aquilo que a sociedade espera, o que ela quer de



futuro desenvolvimento para si próprio, aonde mora, acho que esta é a mudança, o conceito de fazer política e fazer desenvolvimento, e acho que precisamos fazer isso, não temo achar que se esses conceitos de desenvolvimento forem dessa forma, que o Bush vai querer a Amazônia de outra forma diferente, independente de estarmos fazendo debate do desenvolvimento sustentável ou não.

Com certeza o movimento social da Transamazônica, da Cuiabá/Santarém, do pólo Altamira/Itaituba precisam muito do apoio, das articulações, da pesquisa, dos órgãos de governo, dos intelectuais para podermos fazer este enfrentamento de garantir o futuro de uma economia sadia, do desenvolvimento sustentável para aquela região, principalmente da agricultura familiar e do pessoal que vive nas áreas urbanas, com perspectiva de encontrar emprego, de poder trabalhar para comer. É isso que gostaria de dizer.

**Ima Vieira** – Neste momento gostaria de agradecer a presença de todos, a presença dos palestrantes, especialmente ao Mário Menezes e ao Paulo por terem vindo aqui sem absolutamente nenhum custo para o Museu Goeldi, aliás, gostaria de ressaltar que todas essas reuniões do ciclo de Idéias & Debates, foram feitas sem nenhum custo para o Museu Goeldi. Estamos colocando à disposição do público todos os resultados destes debates através dos nossos cadernos “Idéias e Debates” de forma impressa e também na *home page* do Museu Goeldi; a partir de quarta-feira o 5º caderno que é “A Biodiversidade como base para o Desenvolvimento Sustentável da Amazônia”, que foi uma mesa redonda com o governador Capiberibe, com o pessoal do MMA, do MCT, da *Conservation International* e alguns outros representantes de ONG’s, já estará disponível na nossa *home page*. Os Cadernos sobre “Conhecimento Científico da Amazônia: do RADAM ao SIVAM/SIPAM”, assim como o de “Propriedade Intelectual” e o de hoje também estarão disponíveis e serão anunciados.

Novamente agradeço a presença de vocês em nome do Dr. Peter Toledo, diretor do Museu Goeldi, que não pôde estar presente neste evento, e da Coordenação de Pesquisa e Pós-graduação da qual sou a coordenadora.

Gostaria de vê-los no próximo debate a ser amplamente divulgado. Obrigada.

## Notas

<sup>1</sup> Com somente 3.776 habitantes, Bannach na verdade pouco se assemelha a uma cidade. Considerá-lo “urbanizado”, e seus habitantes como cidadãos, de fato pareceria uma “ficção estatística”, como coloca Eli da Veiga: “a vigente definição de cidade é obra do Estado Novo. Foi o Decreto-Lei 311, de 1938, que transformou em cidades todas as sedes municipais existentes, independentemente de suas características estruturais e funcionais (...). Em 70% (dos municípios brasileiros) as densidades demográficas são inferiores a 40 hab/km<sup>2</sup>, enquanto o parâmetro da OCDE para que uma localidade seja considerada urbana é de 150 hab/km<sup>2</sup>. Por esse critério, apenas 411 dos 5.507 municípios brasileiros existentes em 2000 seriam considerados urbanos”. Cf O Brasil rural precisa de uma estratégia de desenvolvimento, de José Eli da Veiga e colaboradores e a discussão feita por Graziano da Silva e colaboradores in [www.nead.org.br](http://www.nead.org.br)

<sup>2</sup> AMIGOS da Terra. 2000. Programa Amazônia, 1997, apud AMARAL, P. & AMARAL NETO, M. **Manejo Florestal Comunitário na Amazônia Brasileira, situação atual, desafios e perspectivas**. Brasília: IIEB.

<sup>3</sup> Cf. por exemplo o caso de Leonardo Dias Mendonça, ex-piloto de garimpo e de seu sócio, Wilson Torres; ou ainda o papel do garimpo no narcotráfico em Rondônia, in Schiray, Fabre and Geffray (coords.) *Globalisation and Drugs Criminalisation: final research report on Brazil, China, India and Mexico*, Most/UNESCO – UNODCP, 2002).

<sup>4</sup> O Decreto 4340 de 22/08/2002, Cap. III, que regulamenta o Art. 26, do Cap. IV, da Lei 9.985 de 18/07/2000, dispõe em seus artigos 8º e 9º: Art. 8º: O mosaico de unidades de conservação será reconhecido em ato do Ministério do Meio Ambiente, a pedido dos órgãos gestores das unidades de conservação. Art. 9º: O mosaico deverá dispor de um conselho de mosaico, com caráter consultivo e a função de atuar como instância de gestão integrada das unidades de conservação que o compõem.



## Volumes Publicados

- 1 Um novo modelo para explicar a origem do homem no continente americano  
Dr. Walter Alves Neves
- 2 Acesso ao Patrimônio Genético, Propriedade Intelectual e a Convenção sobre Diversidade  
Simone Henriqueta Cossetin Scholze
- 3 Ciência e Ética  
Dr. Ennio Candotti
- 4 Ecossistemas, Desmatamento e Saúde Humana  
Dr. Ulisses Eugenio Cavalcanti Confalonieri
- 5 Biodiversidade como base para o desenvolvimento sustentável da Amazônia  
José Maria Cardoso da Silva, Maurício de Carvalho Amazonas, Luís Carlos Joels, Bráulio Ferreira de Souza Dias, João Alberto Capiberibe, Emanuel A.S. Gonçalves Matos
- 6 Conhecimento Científico da Amazônia: do RADAM ao SIVAM/SIPAM\*  
Roberto Dall'Agnol, Gilberto Câmara, Edgar Fagundes, Lúcio Flávio Pinto

\* Não disponível

Disponíveis no site [www.museu-goeldi.br](http://www.museu-goeldi.br)



Coordenação de Pesquisa e Pós-Graduação  
Av. Magalhães Barata, 376 - São Brás  
CEP 66040-170 Belém - Pará - Brasil  
Caixa Postal: 399 - Fone/Fax: (91)  
aquisições: [denise@museu-goeldi.br](mailto:denise@museu-goeldi.br)  
[www.museu-goeldi.br](http://www.museu-goeldi.br)